



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CAMPUS VI – POETA PINTO DE MONTEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KAROLINY LINO DE LIMA

**INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e gestores das
micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro - PB**

MONTEIRO - PB

2014

KAROLINY LINO DE LIMA

**INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e gestores das
micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Academia do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI, Poeta Pinto do Monteiro para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Cristiane Gomes da Silva

Coorientador (a): Prof. Ms. Josimar Farias Cordeiro

MONTEIRO – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732i Lima, Karoliny Lino de.

Informação contábil como instrumento de gestão [manuscrito]
: um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e
gestores das micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro -
PB / Karoliny Lino de Lima. - 2014.
81 p. : il.

Digitado.

Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e
Exatas, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Cristiane Gomes da Silva,
Departamento de Ciências Contábeis".

"Co-Orientação: Prof. Me. Josimar Farias Cordeiro
1. Micro e Pequenas Empresas. 2. Profissionais Contábeis.
3. Informação Contábil. 4. Tomada de Decisão. I. Título.

21. ed. CDD 657

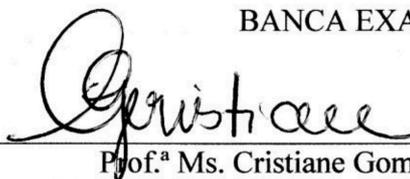
KAROLINY LINO DE LIMA

**INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e gestores das
micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro - PB**

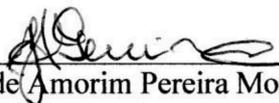
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
a Academia do Curso de Ciências Contábeis
do Centro de Ciências Humanas e Exatas da
Universidade Estadual da Paraíba – Campus
VI, Poeta Pinto do Monteiro para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 30 / 07 / 14

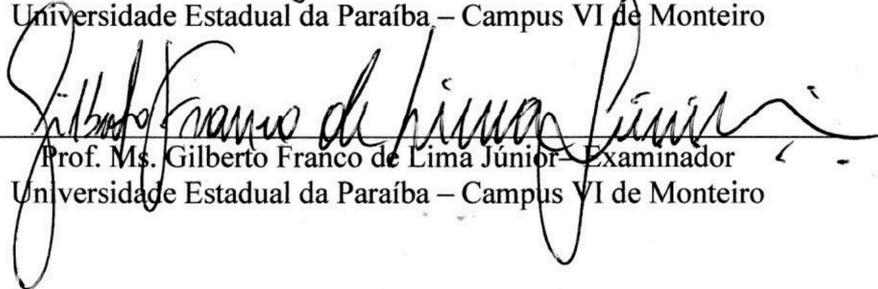
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Ms. Cristiane Gomes da Silva – Orientadora
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro



Prof. Ms. Josicleide de Amorim Pereira Moreira – Examinador
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro



Prof. Ms. Gilberto Franco de Lima Júnior – Examinador
Universidade Estadual da Paraíba – Campus VI de Monteiro

MONTEIRO - PB

2014

Dedico este trabalho a Deus, que providenciou tudo para que eu chegasse até aqui, e a minha família pelo apoio para que eu cumprisse mais uma etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, já que sem Ele nada seria possível.

A Jesus Cristo e a todos os Santos que me protegeram e deram força para concluir mais esta etapa na minha vida.

Aos meus pais, Maria Dolorosa e Iraildo, pela dedicação e apoio. Sou infinitamente grata por tudo que me ensinaram e me ensinam todos os dias, sem vocês minha alegria não seria completa. Gostaria de agradecer principalmente a minha mãe, por toda força que me deu, e também pelos sacrifícios e orações, que me encorajaram para não desanimar em momento algum.

À minha irmã Kathia, pela paciência, apoio e dedicação que foram essenciais durante esta minha jornada acadêmica. Muito obrigada por estar sempre ao meu lado.

Ao meu namorado Daniel, pelo companheirismo, incentivo e compreensão das minhas ausências, e por estar sempre disposto a me ajudar quando preciso.

Às companheiras de turma, desde as que seguiram outros rumos durante essa trajetória, até as que me acompanharam na conclusão deste curso, em especial, Izabel, Grazielli, Amanda e Jéssica. Obrigada pelos momentos que passamos durante estes quatro anos.

À minha orientadora, Prof^a. Ms. Cristiane Gomes da Silva, por todo seu entusiasmo e atenção, sou grata por todo o auxílio que me deu neste momento tão importante em minha vida.

Ao meu coorientador, Prof. Ms. Josimar Farias Cordeiro, pelas suas sugestões que enriqueceram meu trabalho.

Ao Prof. Francisco Willian Braga, pela sua paciência e ajuda que sem dúvidas contribuíram muito para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores da Universidade Estadual da Paraíba, pelos ensinamentos repassados que contribuíram para o meu crescimento como pessoa e como profissional.

Às empresas e aos profissionais contábeis, que forneceram os dados que foram imprescindíveis à viabilização desta pesquisa.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

“Nada é mais difícil, e por isso mais precioso, do que ser capaz de decidir.”

Napoleão Bonaparte

RESUMO

As Micro e Pequenas Empresas, são um dos principais ramos de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo seu número de estabelecimentos presentes em todo território nacional. A presente pesquisa teve como principal objetivo identificar a percepção dos gestores das MPE's e profissionais contábeis da cidade de Monteiro – PB em relação à utilização da informação contábil no processo decisório. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi quanto aos procedimentos, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Quanto aos objetivos, esta foi caracterizada como descritiva. A amostra foi composta por 50 MPE's, entretanto, em relação aos contadores, a quantidade abordada foi correspondente ao universo total de 11 profissionais contábeis. A discussão e a interpretação dos dados coletados foram realizadas através do método da estatística descritiva, esta foi alcançada com o auxílio do Microsoft Excel e o SPSS versão 20. Assim, este estudo demonstrou que os gestores da MPE's têm uma baixa percepção quanto à utilização da informação contábil no processo decisório. Já na análise da percepção por parte dos profissionais contábeis, foi possível identificar que estes apresentaram uma percepção considerável, ou seja, eles têm a consciência dessa utilidade. Porém, foi constatado um relacionamento com pouca proximidade entre ambas as partes, principalmente em relação às divergências de afirmações e ao fornecimento mútuo de informações. Pois, por um lado, os profissionais contábeis não apresentam aos seus clientes a real importância da Contabilidade como instrumento de gestão aos seus negócios, em decorrência da baixa remuneração da prestação de serviços. E, por outro lado, os gestores não detêm um conhecimento suficiente da relevância das informações contábeis, priorizando assim o uso das mesmas apenas em atendimento às exigências legais.

Palavras – chave: Micro e Pequenas Empresas. Profissionais Contábeis. Informação Contábil. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

Micro and Small Enterprises are the main responsible for the Brazilian economy sustenance, either by its great capacity to create new jobs, either by the number of actual establishments over the national territory. Therefore the main objective of this work is to identify the perception from these managers from these MPE (Micro and Small Enterprises) and also the perception of accountant professional from Monteiro City, in Paraíba State, in relation of the use of accounting information in the decision-making process. In order to achieve this objective the methodology used is related to the procedures, bibliography and fieldwork. And the objective is characterized as descriptive. The sample consists in 50 MPE, however, the numbers related to the counters it's 11. The discussion and the interpretation of all data collected were made by descriptive statistics method, that was approached through Microsoft Excel and SPSS, 20 version. This research reveals the low perception from the MPE managers in the use of accounting information in the decision-making process. In the analysis of perception of accountant professional it was identified a better qualified perception, in other words, they are more prepared and conscious about the utility of information. But it has been found the lack of relation and interaction between both parts, especially in relation of the sharing of divergences and mutual information provision. On one hand, the financial professionals don't show their customers the real importance of accounting as a management tool to their business, as a consequence of a low remuneration for the provision of services. On the other hand, managers don't have enough knowledge about the relevance of accounting information, they only prioritize the use of this information in compliance with legal requirements.

Keywords: Micro and Small Enterprises. Accounting Service. Accounting Information. Decision Making.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Componentes de um sistema de informação	23
Figura 2 - Características qualitativas da informação contábil	25
Figura 3 - Histórico da Lei Geral	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas do processo decisório	27
Quadro 2 - Definição de micro e pequenas empresas	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação MPE pelo número de funcionários – SEBRAE	34
Tabela 2 - Classificação MPE pela receita bruta anual – BNDES	35
Tabela 3 - Função dos respondentes nas MPE's	45
Tabela 4 - Faixa etária dos respondentes	46
Tabela 5 - Sexo dos respondentes.....	46
Tabela 6 - Escolaridade dos respondentes	47
Tabela 7 - Número de empresas por porte.....	47
Tabela 8 - Número de empresas por segmento de atividade	47
Tabela 9 - Tempo de existência da empresa	48
Tabela 10 - Informações internas para utilização das empresas.....	48
Tabela 11 - Controle interno de atividades das empresas.....	49
Tabela 12 - Conhecimento da realidade mensal das operações das empresas	49
Tabela 13 - Principal utilidade da informação contábil para as MPE's	50
Tabela 14 - Incentivo do profissional contábil quanto à utilização de relatórios gerenciais para tomada de decisão.....	51
Tabela 15 - Assessoria no entendimento de relatórios gerenciais	51
Tabela 16 - Demonstrações contábeis recebidas do profissional contábil	52
Tabela 17 - Informações contábeis recebidas (em relatórios especiais).....	53
Tabela 18 - Consulta ao profissional contábil para tomada de decisão	54
Tabela 19 - Informações que sustentam o processo decisório.....	54
Tabela 20 - Faixa etária dos profissionais contábeis	55
Tabela 21 - Sexo dos profissionais contábeis	55
Tabela 22 - Formação dos profissionais contábeis	56
Tabela 23 - Tempo de atuação no mercado dos profissionais contábeis.....	56
Tabela 24 - Frequência que participa de eventos relativos à educação continuada.....	57
Tabela 25 - Quantidade de pessoas que trabalham no escritório.....	57
Tabela 26 - Serviços oferecidos aos clientes	58
Tabela 27 - Demonstrativos fornecidos aos clientes	59
Tabela 28 - Desenvolvimento de relatórios gerenciais para os clientes	59
Tabela 29 - Assessoria no entendimento dos relatórios gerenciais	60
Tabela 30 - Incentivo ao uso dos relatórios gerenciais aos clientes	60

Tabela 31 - Frequência em que entram em contato com os clientes	61
Tabela 32 - Encaminhamento de comprovantes de gastos em tempo hábil por parte dos clientes	61
Tabela 33 - Dificuldades no exercício da atividade contábil.....	62
Tabela 34 - Relação entre o tempo de existência das empresas e utilidade da informação contábil	63
Tabela 35 - Relação entre o tempo de existência das empresas e informações contábeis recebidas	64
Tabela 36 - Relação entre o tempo de existência das empresas e consulta ao contabilista para tomada de decisão.....	65
Tabela 37 - Relação entre o tempo de existência das empresas e informações que sustentam o processo decisório	66

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ART	Artigo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPP	Contribuição Previdenciária Patronal
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DAS	Documento Único de Arrecadação do Simples Nacional
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Intermunicipal e Interestadual de Transporte e Comunicações
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto de Renda
IRPJ	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre de Serviços de Qualquer Natureza
ITG	Interpretação Técnica Geral
LC	Lei Complementar
MPE	Micro e Pequena Empresa
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PB	Paraíba
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PME	Pequenas e Médias Empresas
REDESIM	Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIC	Sistema de Informações Contábeis
SPSS	<i>Statistical Package for Social Science for Windows</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	17
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	22
2.2 INFORMAÇÃO CONTÁBIL	24
2.3 O PROCESSO DECISÓRIO	27
2.4 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	29
2.4.1 Aspectos legais das Micro e Pequenas Empresas	29
2.4.2 Classificação das Micro e Pequenas Empresas	32
2.4.3 Contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas	36
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	39
3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA	39
3.1.1 Quanto aos Objetivos	39
3.1.2 Quanto aos Procedimentos	39
3.1.3 Quanto a Abordagem	40
3.1.4 Quanto ao Método	40
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	41
3.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	43
3.3.1 Universo da pesquisa	43
3.3.2 Amostra da Pesquisa	43
3.4 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS	44
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	45
4.1 ANÁLISE DOS DADOS DAS EMPRESAS	45
4.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	55
4.3 ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE CARACTERÍSTICAS DAS MPE's	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67

REFERÊNCIAS	70
APÊNDICES	74

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto empresarial, a informação é fundamental para as organizações, pois em meio a cenários de intensa concorrência, há a necessidade de se tomar decisões constantemente, assim, os gestores que tiverem a capacidade de aplicar tais informações adequadamente, poderão destacar seus negócios diante dos concorrentes (MOREIRA et. al. 2013).

Nesse sentido, têm-se a Contabilidade que é uma valiosa fonte de informações, onde segundo Marion (2009, p. 26), a mesma é considerada como “a linguagem dos negócios, pois mede, e avalia o desempenho dos negócios, dando diretrizes para a correta tomada de decisões”.

Para Padoveze (2009) é através dessa linguagem que se pode extrair as mais completas e precisas informações contábeis, destaca-se também o ponto forte dessas informações que é a correta mensuração econômica de suas transações.

Dessa forma, as informações contábeis desempenham um papel essencial no auxílio ao gerenciamento de um negócio, uma vez que, as mesmas são responsáveis por refletir a sua situação financeira, econômica e patrimonial.

Assim, a Contabilidade deve fornecer informações confiáveis que orientem com maior eficiência os gestores para que eles possam tomar decisões mais seguras, diminuindo os riscos de uma gestão baseada apenas na experiência e aumentando as chances de sucesso empresarial das empresas.

No intuito de se obter uma Contabilidade que forneça dados úteis e em tempo hábil, se faz necessária a presença de um profissional capacitado e com espírito inovador, que produza essas informações principalmente na forma de relatórios, e incentive também o interesse dos gestores em relação à utilização dos mesmos na tomada de decisão.

A respeito da presença desse profissional, Marion (2008, p.25) expõe que:

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões. Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, principalmente na pequena empresa, a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais.

Dessa forma, compete ao profissional contábil transmitir, além dos dados fiscais, uma gama de outras informações contábeis no intuito de suprir o sistema de informações de apoio

à decisão de qualquer negócio, independentemente do seu porte, para que haja um gerenciamento empresarial eficiente, principalmente em um mercado competitivo.

Inseridas nesse mercado, estão as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) que têm exercido forte influência no contexto econômico brasileiro, principalmente no que tange a geração de emprego e renda. Cavalcante e Scheneiders (2008, p. 64 apud VILELA et. al, 2012, p.2), afirmam que “essas empresas são consideradas os berços de origem de grandes empresas, formação de excelentes executivos, geradores de empregos e oportunidades”.

Este é, portanto, um dos principais ramos de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo seu número de estabelecimentos presentes em todo território nacional.

Portanto, perante esse quadro de grande participação das MPE's no âmbito empresarial brasileiro, é necessário que as mesmas utilizem as informações contábeis como alicerce para a tomada de decisões, visando dar continuidade a suas atividades.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Conforme Marion (2008), os problemas de diversas empresas, especialmente as pequenas, não estão relacionados somente a juros altos, falta de recursos, carga tributária e etc., como alegam alguns empresários. Esses fatores, sem dúvida, contribuem para o enfraquecimento do negócio. Porém o fator principal que leva as entidades à falência é a má gerência, que por sua vez, propicia uma tomada de decisão sem respaldo, além de ser baseada em dados fornecidos por uma contabilidade distorcida realizada unicamente para cumprir as obrigações fiscais.

Sendo assim, a correta utilização das informações provenientes da contabilidade, direcionadas não exclusivamente para atender às exigências fiscais e/ou trabalhistas, permite uma tomada de decisão mais confiável e precisa aos gestores, auxiliando as empresas principalmente em um mercado competitivo.

Diante disso, esse estudo pretende responder a seguinte indagação: **Qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e profissionais contábeis da cidade de Monteiro - PB quanto à utilização da informação contábil no processo decisório?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e profissionais contábeis localizados no município de Monteiro – PB acerca da utilização da informação contábil no processo decisório.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Descrever os aspectos legais e conceituais das MPE's;
- ✓ Identificar se as necessidades informacionais dos gestores das MPE'S estão sendo supridas pelos profissionais contábeis;
- ✓ Discutir a utilização da informação contábil no processo decisório na visão dos gestores das MPE's e profissionais contábeis.

1.3 JUSTIFICATIVA

No intuito de contribuir com o tema discutido, são apresentados alguns estudos realizados anteriormente sobre a percepção de gestores acerca da utilização da informação contábil no processo decisório em micro e pequenas empresas, sendo que há, também, a incidência de trabalhos que tem relação com a percepção dos profissionais contábeis.

A pesquisa realizada por Strocher e Freitas (2008) visava identificar as características das informações contábeis, bem como sua utilização na tomada de decisão de pequenas empresas das cidades de Lajeado e Arroio do Meio – RS, isso com base nas opiniões de profissionais contábeis e proprietários de pequenas empresas. Os resultados do estudo evidenciaram que os empresários utilizam a contabilidade para atender as exigências fiscais, deixando de utilizá-las, na maioria das vezes, para a tomada de decisões. Chegou-se, também, a conclusão de que os contadores, principalmente os que têm escritórios, se especializam em aspectos fiscais, fornecendo, assim, informações relativas especialmente a essa área.

O estudo de Silva (2010) teve como objetivo expor qual o nível de percepção dos gestores das MPE's de João Pessoa - PB em relação à utilidade da informação contábil em suas tomadas de decisões. Após a realização da pesquisa, concluiu-se que não há percepção

significante por parte desses gestores quanto à utilidade da informação contábil em seus processos decisórios.

O trabalho de Vilela et. al. (2012) objetivou identificar os pontos assimétricos entre os profissionais contábeis e os empresários das MPE's de Viçosa – MG em relação à percepção sobre a informação contábil. Com os resultados obtidos, foi possível concluir que a maioria das informações e serviços contábeis atende principalmente ao Fisco. A pesquisa ainda evidenciou que a maioria das MPE's alegou fornecer todas as informações e documentos aos escritórios. Por outro lado, os contadores afirmaram que apenas a minoria destas empresas fornecem tais informações. Verificou-se, também, que os relatórios são pouco utilizados na percepção das MPE's por não haver a necessidade e, na percepção dos contadores, por acreditarem que os gestores não querem pagar a mais por estes serviços.

Ribeiro, Freire e Barella (2013) objetivaram apresentar em sua pesquisa a relevância da aplicação de informações contábeis no processo de gestão empresarial, principalmente no processo decisório, pelos micro e pequenos empresários do município de Paranaíta - MT. Os resultados do estudo apontaram que os gestores não utilizam a contabilidade como instrumento gerencial para o auxílio na tomada de decisões, sendo que grande parte não têm conhecimentos sobre a contabilidade gerencial e utiliza a contabilidade para cumprir as obrigações fiscais e legais, a fim de evitar possíveis multas à empresa.

Os estudos de Moreira et. al. (2013), tinham por objetivo avaliar a percepção dos gestores das MPE's de Teófilo Otoni – MG, sobre a relevância da informação contábil no gerenciamento de seus negócios e no suporte à tomada de decisões. Constatou-se, a princípio, que os gestores consideraram as informações contábeis importantes para o apoio da tomada de decisões, mas, uma boa parte deles, afirmou não receber nenhum relatório gerencial. Na pesquisa, percebeu-se também que uma parte considerável dos empresários tem a visão de que os contadores são profissionais que apenas fornecem serviços relativos ao recolhimento de impostos e contribuições sociais.

Com base no exposto, percebe-se que este trabalho tem relação com os estudos realizados anteriormente, porém, é possível observar que a maioria deles analisa apenas uma percepção, que é a dos gestores das empresas. Portanto, acredita-se que esta pesquisa contribui significativamente com o tema abordado, pois busca verificar a percepção tanto dos gestores das MPE's, como dos profissionais contábeis, possibilitando a identificação de fatores vinculados a ambas as partes, que propiciam ou restringem a utilização da informação contábil no processo decisório.

Essa pesquisa se justifica também, diante da grande importância das MPE's, não somente por constituírem a maioria dos negócios, mas por exercerem um papel essencial no contexto econômico do nosso país. Pois, de acordo com dados do SEBRAE (2013), as Micro e Pequenas Empresas constituem 99% dos negócios formais no Brasil, e são responsáveis por 52% dos empregos e 25% do PIB brasileiro.

Vale salientar que este segmento empresarial não é importante somente no Brasil. Pois, de acordo com o *Small Business Administration* (órgão responsável pelas pesquisas em pequenas empresas norte-americanas), essas empresas representam 99,7% dos negócios americanos, mais de 50% dos empregos e 44% da folha de salários (SILVA, 2010).

Dessa forma, esses tipos de negócios podem ser considerados como grandes instrumentos de desenvolvimento por terem uma grande capacidade de absorção de mão-de-obra e geração de renda.

Segundo o Manual de Desenvolvimento dos Municípios (2012), são vários os benefícios gerados pelas MPE's, principalmente aos municípios de menor porte, tais como: a geração de emprego, o aumento da arrecadação municipal, o impulso à inclusão social, a diminuição da saída de empreendedores para outras cidades, entre outros benefícios.

De acordo com a Coletoria Estadual do 3º Núcleo Regional de Monteiro – PB, o município conta com 333 micro e pequenas empresas (MPE's). E como na maioria das pequenas cidades são esses os tipos de negócios que movimentam a economia local, a pesquisa, então, foi realizada na cidade de Monteiro-PB, localizada no Cariri Ocidental Paraibano, e que de acordo com a estimativa do IBGE (2012), comporta cerca de 31.330 habitantes, tendo sua economia baseada na agropecuária, comércio e serviços.

São evidentes as vantagens proporcionadas por esses empreendimentos, mas por outro lado, há também a incidência de fatores que prejudicam esses negócios, ocasionando, muitas vezes, o encerramento das atividades das mesmas.

Conforme o SEBRAE (2008, p. 59), dentre os elementos que favorecem a falência desses negócios, estão:

- Ausência de um comportamento empreendedor;
- Ausência de um planejamento prévio adequado;
- Deficiências no processo de gestão empresarial;
- Insuficiência de políticas públicas de apoio aos pequenos negócios;
- Dificuldades decorrentes da conjuntura econômica; e
- Impacto dos problemas pessoais sobre o negócio.

Assim, perante a importância das MPE's para economia brasileira, há também a necessidade de um acompanhamento relacionado ao desempenho dessas empresas por parte dos gestores públicos, de forma que sejam simplificados e melhorados os aspectos tributário, creditício e burocrático (SILVA, 2010).

Ainda em relação aos fatores que prejudicam as MPE's, Marion (2008, p.24) afirma que:

[...] várias empresas, principalmente as pequenas, têm falido ou enfrentam sérios problemas de sobrevivência. Ouvimos empresários que criticam a carga tributária, os encargos sociais, a falta de recursos, os juros altos etc., fatores estes que sem dúvida, contribuem para debilitar a empresa. Entretanto, descendo ao fundo de nossas investigações, constatamos que, muitas vezes, a “célula cancerosa” não repousa naquelas críticas, mas na má gerência, nas decisões tomadas sem respaldo, sem dados confiáveis. Por fim observamos, nesses casos, uma contabilidade irreal, distorcida, em consequência de ter sido elaborada única e exclusivamente para atender as exigências fiscais.

Percebe-se, então, que tais problemas são decorrentes de aspectos tanto externos, como internos. Eles acontecem pelo fato de que muitos micro e pequenos empresários tomam, muitas vezes, decisões embasadas na própria experiência, não adotando o comportamento mais adequado em consonância com o mercado, nem tampouco aderindo a práticas de planejamento e gerenciamento apropriadas.

Portanto, a presente pesquisa ainda se torna relevante para três aspectos: o acadêmico, o profissional e o social.

Para o meio acadêmico a pesquisa é relevante, em virtude de que procura demonstrar como é a utilização da contabilidade na prática, proporcionando aos discentes a comparação da teoria com a realidade, incentivando-os a realizar outros estudos a respeito desse segmento empresarial.

Quanto ao aspecto profissional, é significativa, porque busca apontar qual é a visão que os gestores e os próprios profissionais da área contábil têm das informações contábeis.

E também, por fim, é pertinente num nível social. Pois, acredita-se que a presente pesquisa trará para os empreendedores das micro e pequenas empresas a consciência de que este ramo encontra-se embutido num mercado de classificação altamente competitiva e de que a Contabilidade tem um alto poder gerencial. Bem como, da mesma forma, trazer para estes a noção do quanto essa atitude de conscientização pode refletir significativa e benéficamente num aumento de seus benefícios, sejam eles de ordem econômica ou social.

Dessa forma, espera-se apresentar informações que venham, através de estudos, contribuir para o crescimento do setor na cidade de Monteiro - PB, no que se refere ao uso da informação contábil no auxílio para a tomada de decisões.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos. Além de possuir, também, as referências das fontes utilizadas e dois apêndices compostos pelos formulários aplicados aos gestores e profissionais contábeis.

O primeiro capítulo apresenta a introdução, onde são abordados os objetivos, o problema e a justificativa da pesquisa.

No segundo capítulo, é evidenciado o referencial teórico, visando dar embasamento ao tema abordado. Para isso, há a apresentação de assuntos relacionados à: contabilidade como sistema de informação; informação contábil; processo decisório; e Micro e Pequenas Empresas.

O terceiro capítulo descreve a metodologia da pesquisa, demonstrando todos os procedimentos utilizados para que os objetivos do trabalho fossem atingidos.

No quarto capítulo encontra-se a análise e discussão dos resultados da pesquisa, obtidos por meio dos dados levantados a partir de formulários aplicados tanto aos gestores das MPE's, como aos profissionais contábeis do município de Monteiro – PB.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade como Sistema de informação

Existem vários conceitos para a Contabilidade. Contudo, de maneira geral, ela é uma ciência que estuda o patrimônio das entidades (seu objeto), e tem a função de controlar este patrimônio, tendo como objetivo principal prestar informações para seus usuários, principalmente no processo decisório.

Um conceito de Contabilidade foi aprovado no primeiro Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado em 1924, onde o mesmo definiu que a “Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registro relativas à administração econômica” (CFC 2008, p. 13).

Corroborando com essa ideia, Crepaldi (2008, p.5) ainda define a Contabilidade como:

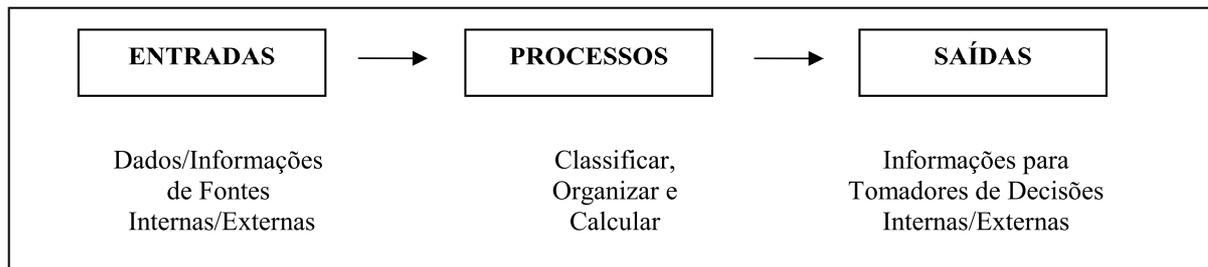
[...] um instrumento da função administrativa que tem como finalidade: controlar o patrimônio das entidades; apurar o resultado das entidades; prestar informações sobre o patrimônio e sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis.

A Contabilidade, no intuito de alcançar sua finalidade principal que é prover informações aos seus usuários, se comporta e atua como um sistema.

Para Oliveira (1990, p. 31 apud PADOVEZE 2007, p. 8), “sistema é um conjunto de partes integrantes e interdependentes que, conjuntamente, formam um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”. Em outras palavras, sistema pode ser definido como um conjunto de elementos que se completam, a fim de que atinjam uma finalidade desejada.

Nesse contexto, Padoveze (2007, p. 33) ainda define sistemas de informação como um “conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para, com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais”.

Tem-se então, na figura 1, um exemplo de esquema contendo os componentes de um sistema de informação:

Figura 1 – Componentes de um sistema de informação

Fonte: Adaptado de Moscove, Simkin e Bagranoff, 2002.

Logo, os sistemas de informação podem ser entendidos como procedimentos que tratam dados que interagem entre si, capturando aqueles que podem ser internos e/ou externos, processando-os através de cálculos, comparações, classificações e etc., e dessa forma, gerando as saídas que são as informações que são transmitidas aos seus interessados.

Marion (2008) afirma que a contabilidade pode ser considerada como sistema de informação, já que tem o propósito de fornecer dados para o auxílio na tomada de decisões.

Diante disso, pode-se chegar a conclusão de que a Contabilidade é um sistema de informação, já que o funcionamento de ambos são similares, ou seja, resumidamente, os dois reúnem os dados, processando-os e emitindo-os aos seus usuários (principalmente aos responsáveis pela tomada de decisão).

Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p.25) ainda conceituam Sistema de Informações Contábeis (SIC) como sendo aqueles:

[...] que captam, registram e comunicam todas as informações financeiras e não financeiras relevantes relativas a importantes atividades empresariais. Essa perspectiva leva à criação de informações mais úteis e oportunas para fins de planejamento, tomada de decisões e controle.

O sistema de informação contábil, como qualquer outro sistema, necessita de recursos para processar os dados e transformá-los em informações contábeis para o processo decisório das empresas. Dentre os principais recursos para o processamento desses dados estão: os recursos humanos (contadores) com capacitação adequada contábil, para atenderem as necessidades informacionais contábeis do sistema da empresa; e o *software* contábil que permita ao contador efetivar a capacidade gerencial da informação contábil a ser gerada (PADOVEZE, 2007).

Portanto, entende-se que um sistema de informação contábil atua colhendo e organizando dados, e desse modo, possibilitando a produção de informações sobre fatos passados a cerca de um negócio, proporcionando o conhecimento do desempenho da empresa

e servindo de base para ações presentes e futuras, contribuindo, assim, para um resultado mais vantajoso.

2.2 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação está presente em todas as relações e em todos os lugares revestida de diversificadas formas, com o intuito de fornecer conhecimentos sobre algo ou alguém, para um indivíduo interessado e para um determinado fim.

Para Padoveze (2007, p. 27), “informação é o dado que foi processado de forma a ser entendido pelo receptor”.

Entende-se então, que informações são dados verificados e transformados em conhecimento, reduzindo incertezas sobre a compreensão e o tratamento de algo.

Diante disso, com as complexidades do atual ambiente econômico e do aumento de empresas, os gestores dos negócios vêm demandando com mais frequência informações claras, objetivas e relevantes, capazes de apoiar o processo decisório. Assim, a informação atua como uma diretriz, para que as organizações saibam como agir, frente a um mercado competitivo e em desenvolvimento.

No âmbito empresarial, têm-se como um instrumento de comunicação a informação contábil, que no entendimento de Yamamoto e Salotti (2006, p. 5):

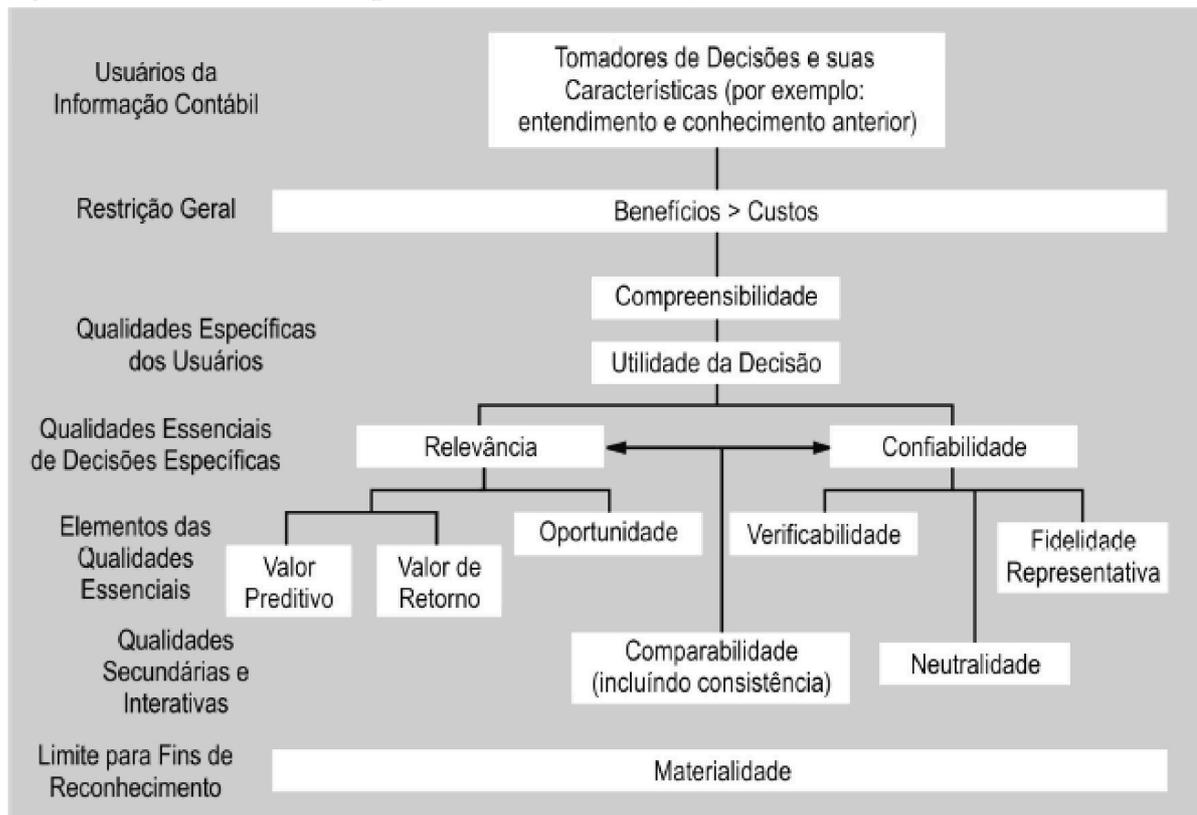
Pode ser considerada como aquela que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, a utiliza na solução de problemas, sendo a natureza da informação contábil, entre outras, econômico-financeira, física e de produtividade.

Sendo assim, as informações contábeis tem a finalidade de proporcionar aos usuários a mensuração da situação patrimonial, financeira e econômica das empresas, permitindo a análise do desempenho das mesmas. Para isso, essas informações devem ser verídicas e precisas, além de satisfazerem as necessidades dos diversos usuários, oferecendo também subsídios para suas decisões.

As qualidades das informações contábeis são evidenciadas também pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980) que estabelece que estas sigam uma hierarquia de qualidades, visando essencialmente a utilidade para a tomada de decisão, de modo que os benefícios futuros sejam maiores que os custos realizados para sua produção. (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

A figura a seguir apresenta a hierarquia das qualidades da informação contábil de acordo com o FASB:

Figura 2 – Características qualitativas da informação contábil



Fonte: FASB (1980, p.20 apud STROEHER E FREITAS, 2008, p. 7).

O FASB faz uma distinção entre as qualidades específicas para os usuários e específicas para os tomadores de decisão. Essa distinção se faz necessária, pois a divulgação da informação depende de cada usuário, ou seja, a informação a ser divulgada está sujeita a capacidade de compreensão do usuário (HENDRIKSEN E VAN BREDA, 2007).

As características qualitativas da informação contábil foram abordadas também pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tendo como base o *International Accounting Standards Board* (IASB). As mesmas foram estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração do Relatório Contábil-Financeiro, que determinava as quatro principais características qualitativas obrigatoriamente presentes nas demonstrações contábeis, sendo elas: Compreensibilidade, Relevância, Confiabilidade e Comparabilidade. Porém, havia a necessidade de se observar também alguns atributos como: Representação Adequada, Primazia da Essência sobre a Forma, Neutralidade, Integridade e Prudência.

A estrutura do CPC 00 foi alterada em 2011, nessa alteração as características qualitativas da informação contábil-financeira passaram a ser apresentadas mediante uma nova estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

aprovado pelo Pronunciamento Conceitual Básico (R1). O Pronunciamento foi elaborado a partir do *The Conceptual Framework for Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Onde as características qualitativas da informação contábil-financeira passaram a ser divididas em:

- a) Características qualitativas fundamentais: (fundamental qualitative characteristics – relevância e representação fidedigna), as mais críticas; e
- b) Características qualitativas de melhoria: (enhancing qualitative characteristics – comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) as características são definidas da seguinte maneira:

- **Relevância:** Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- **Fidedignidade:** Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser *completa, neutra e livre de erro*. É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.
- **Comparabilidade:** É a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens.
- **Verificabilidade:** Significa que diferentes observadores, conscientes e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.
- **Tempestividade:** Significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.
- **Compreensibilidade:** Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

Dessa forma, para uma informação contábil ter atributos benéficos e úteis, ela deve basicamente: ser capaz de fazer a diferença numa decisão; representar fielmente o que

pretende evidenciar; apresentar uma maneira comparativa para a entidade; ser disponibilizada em tempo hábil e deve, também, ser apresentada com clareza e precisão.

2.3 O PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório está presente nas atividades cotidianas de qualquer pessoa, seja na vida pessoal ou profissional. Sendo assim, uma decisão tomada de forma errônea pode comprometer toda uma vida.

No contexto empresarial essa realidade não é diferente, pois as decisões tomadas além de atingirem diretamente a empresa, afetam também aqueles que possuem algum vínculo com ela, como funcionários, clientes, fornecedores, entre outros.

Na visão de Rezende e Abreu (2008, p.85 apud SILVA 2009, p.13) a decisão é:

[...] uma escolha entre alternativas, obedecendo a critérios preestabelecidos, em que é indiscutível a importância das informações em cada etapa do processo decisório. O fato de o executivo poder contar com informações adequadas e oportunas é de relevância capital para a tomada de decisão eficaz.

Corroborando com os autores, Miglioni (2006, p.40) afirma que:

A tomada de decisão consiste na escolha de uma opção ou mais dentre diversas alternativas existentes, seguindo passos previamente estabelecidos a fim de culminar numa solução que resolva ou não o problema.

Dessa forma, o processo decisório não é apenas o ato de escolher uma ou mais opções, ele abrange etapas que envolvem desde a análise do problema, até a escolha da melhor alternativa para a solução de tal problema. O quadro 1 mostra claramente as etapas do processo decisório:

Quadro 1 – Etapas do processo decisório

ETAPA	DESCRIÇÃO
Caracterização da necessidade de decisão	Corresponde à fase de definição do objeto da decisão, que é o próprio problema a ser resolvido.
Definição do objetivo	Nessa etapa, o decisor define exatamente os fins a que deseja atingir.
Definição e obtenção de informações relevantes	Corresponde a etapa de definição e obtenção de informações sobre as variáveis que devem ser consideradas no processo decisório.
Formulação de alternativas	São formuladas as diversas opções de ação que solucionam o problema.
Avaliação das alternativas	São mensuradas e avaliadas as consequências derivadas das várias alternativas de ação que configuram as diversas hipóteses de solução do problema.
Escolha da alternativa	Com base na avaliação das consequências das alternativas estudadas, seleciona-se aquela que seja mais adequada como solução do problema para que o objetivo definido seja alcançado.

Fonte: Adaptado de Santos e Ponte (1998 p, 3-4 apud SILVA 2009, p. 12).

Porém, para que decisões sejam tomadas de maneira adequada e o resultado esperado seja atingido, não basta somente se seguir as etapas do quadro ilustrado acima. Se faz também necessário o uso de dados confiáveis e úteis para se ter *a priori* a correta identificação tanto do problema, como das alternativas, para então se selecionar a opção que solucione o problema em evidência.

Quanto mais confiáveis e precisas forem as informações de acesso do decisor, melhor será a definição do problema, de suas alternativas e da solução mais adequada. Bispo (1998 apud MIGLIONI 2006).

A informação pode ser considerada um instrumento indispensável para auxiliar os gestores no tratamento de dificuldades associadas aos empreendimentos, visto que, em um ambiente de intensa concorrência, é necessário tomar decisões continuamente e de forma planejada, e os que tomarem decisões corretamente podem destacar seu negócio perante seus concorrentes.

Diante do exposto, a informação tem um papel essencial no processo decisório, principalmente quando se trata de informação contábil, pois estas refletem a situação financeira, econômica e patrimonial das entidades, além de evidenciarem os fatos da empresa no passado, proporcionando um embasamento de ações para o presente e futuro.

De acordo com Freitas e Kladis (1995 apud MIGLIONI 2006) as decisões podem ser classificadas dependendo do ambiente em que estejam, conforme os seguintes níveis administrativos:

- Estratégico: as decisões que abrangem desde o estabelecimento das políticas e objetivos, até os critérios gerais para o planejamento das organizações;
- Tático: as decisões que estão ligadas geralmente ao controle administrativo e empregadas para decidir a respeito de operações de controle, e também relacionadas à formulação de novas normas referentes a decisão que serão aplicadas pelos membros da parte de operação;
- Operacional: as decisões que visam assegurar que as atividades operacionais sejam realizadas corretamente, utilizando procedimentos e regras de decisões predeterminadas.

Dessa forma, é possível identificar que a tomada de decisão está presente em todas as fases de um negócio, desde a sua constituição até a sua operacionalização, decisões estas que podem ser simples ou complexas. Cabe, então, ao gestor de cada organização, analisar o contexto em que se insere cada problema, no intuito de não apenas amenizá-lo e sim solucioná-lo.

Diante disso, é importante que o processo decisório seja apoiado em informações verídicas, uma vez que a continuidade de um negócio depende, sobretudo, de uma boa tomada de decisão, isso independentemente do porte do negócio. E a propósito: são principalmente as pequenas empresas que necessitam de uma administração voltada para decisões embasadas em informações confiáveis, e não apenas na experiência do gestor que tende à centralização da tomada de decisão geralmente por parte do proprietário dessas empresas.

2.4 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

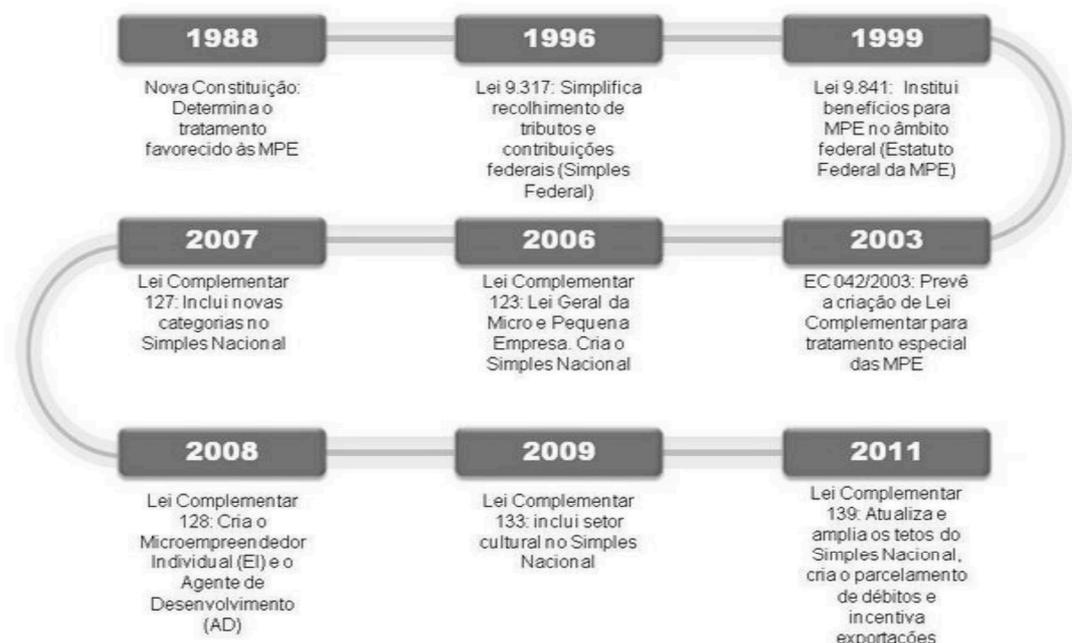
2.4.1 Aspectos legais das Micro e Pequenas Empresas

Atualmente, as micro e pequenas empresas são maioria no cenário empresarial brasileiro, representando 99% dos negócios do país. Além disso, esses empreendimentos têm um papel fundamental para impulsionar o desenvolvimento do Brasil, em virtude da sua capacidade de geração de emprego e renda.

Contudo, segundo o Portal da Lei Geral “o movimento pela valorização das pequenas empresas brasileiras despontou mais fortemente a partir dos anos 80, enquanto que em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos, o movimento data da década de 50”.

A figura a seguir apresenta de forma esquematizada o histórico da Lei Geral (LC 123/2006), lei que atualmente objetiva estabelecer normas referentes ao tratamento diferenciado às MPE's:

Figura 3 - Histórico da Lei Geral



Fonte: Adaptado do Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2013).

De acordo com o Portal da Lei Geral, essas etapas se deram da seguinte forma:

- **Ano de 1988:** Foram inseridos os artigos 170 e 179 na Constituição desse mesmo ano, no qual as micro e pequenas empresas tinham tratamento jurídico diferenciado e favorecido. Com isso, esses artigos tinham o objetivo de incentivar esses empreendimentos com a simplificação de suas obrigações tributárias, previdenciárias, administrativas e creditícias.
- **Anos 90:** Foi regulamentada a Lei do Simples Federal (Lei nº 9317/96) e criado o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 9841/99). O Simples Federal era um sistema que visava simplificar o recolhimento de tributos e contribuições federais, sendo que por meio de um convênio poderia incluir tributos estaduais e municipais. Porém, poucos municípios aderiram ao Simples e todos os estados optaram por não aderir a esse sistema. Quanto ao Estatuto, o mesmo instituía benefícios trabalhistas, administrativos, creditícios e de desenvolvimento empresarial. Entretanto, esses benefícios eram limitados ao meio de atuação do Governo Federal, uma vez que o Estatuto foi criado por lei ordinária federal, o que não dava poder legislativo sobre os estados e municípios.
- **Ano de 2003:** Foi prevista a criação de lei complementar para versar sobre regras tributárias, compreendendo o tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas. Essa lei complementar deveria abranger a constituição de regimes para o recolhimento de tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas, nas áreas dos poderes da União, Estados e Municípios.
- **Ano de 2006:** No ano de 2005, houve a “Marcha à Brasília”, em que foi entregue a proposta da Lei Geral ao Presidente em exercício naquela época, Luiz Inácio Lula da Silva, e alguns senadores. No decorrer do ano de 2006, debates foram impulsionados com o propósito de acelerar o trâmite no Congresso e adicionar melhorias na proposta da Lei Complementar. A proposta então foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 5 de setembro de 2006, e aprovada pelo Senado no dia 8 de novembro, porém com modificações. Após várias negociações o projeto teve uma aprovação final em 22 de novembro e no dia 14 de dezembro de 2006 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a LC 123/2006, que entrou em vigor no dia seguinte, com exceção do capítulo que versava sobre Simples Nacional (que entraria em vigor a partir de julho de 2007).
- **Ano de 2007:** Em fevereiro deste ano foi aprovado o Decreto 6038/2007, regulamentando o Comitê Gestor do Simples Nacional. Em março foi constituída a

Frente Parlamentar das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, com 280 deputados e 22 senadores. Em agosto foi aprovada a LC 127, estabelecendo melhorias à Lei Geral como: a possibilidade de empresas prestadoras de serviços poderem recolher tributos sob a forma do Simples Nacional; a reabertura do prazo de opção pelo Simples Nacional e o parcelamento de débitos. O Decreto 6204/2007 regulamentou o tratamento simplificado, favorecido e diferenciado às MPE's nas contratações públicas de bens, serviços e obras no campo da administração pública federal. Em dezembro houve a aprovação da Lei 11.598/2007, instituindo diretrizes e procedimentos de simplificação de registros e legalização de empresários e pessoas jurídicas, e criando a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

- **Ano de 2008:** Foi apresentado um novo projeto que implantou melhorias a Lei Geral, que não foram aprovadas em 2007, como: a definição da alíquota do ICMS no Simples como referência para a cobrança diferencial de alíquota interna e interestadual; a modificação da formação e das funções do Comitê Gestor do Simples Nacional; a instituição do Comitê para Gestão Nacional da REDESIM; No que tange às empresas que podem optar pelo Simples Nacional, houve a inclusão de algumas atividades econômicas nesta categoria; a criação do “Microempreendedor Individual”, visando formalizar os micro negócios; e a autorização para a instituição de crédito presumido por estados e municípios. A lei foi aprovada sob o número 128/2008.
- **Ano de 2009:** Em julho de 2009 começou a vigorar os artigos da LC 128/2008 que tratavam do Microempreendedor Individual, e até dezembro do mesmo ano já existiam mais de 49.000 microempreendedores formalizados. E ainda em dezembro, foi aprovada a LC 133/2009 que aumentava as atividades optantes do Simples Nacional.
- **Ano de 2011:** A Presidente em exercício Dilma Rousseff enviou à Câmara dos Deputados dois projetos de lei: um se referindo à constituição da Secretaria da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e o outro projeto relacionado à adaptações na Lei Geral, este projeto foi sancionado pela Presidente convertendo-se na Lei Complementar Federal 139/2011. Dentre os ajustes na Lei Geral estão: o reajuste dos tetos da receita que passaram de R\$36 mil para R\$60 mil para o empreendedor individual, de R\$240 mil para R\$360 mil para as micro empresas e de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões para as empresas de pequeno porte. Esses valores do teto são referentes apenas às receitas do mercado interno. Sendo assim, as MPE's podem ter receitas extras no mercado externo com limite de R\$3,6 milhões. Vale salientar que o

parcelamento da dívida tributária para os enquadrados no Simples Nacional será de até 60 meses (o que antes não era admitido).

As Leis de nº 9.317/96 (Lei do Simples Federal) e de nº 9.841/99 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), que tratavam, respectivamente, do campo tributário e dos benefícios nos campos administrativo, trabalhista, etc., foram revogadas e substituídas pela LC 123/2006 que passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2007. A Lei 123/2006 objetiva determinar regras gerais às Micro e Pequenas Empresas:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Através da LC nº 123/06 foi instituído o Simples Nacional. Por meio desse regime é realizado o recolhimento mensal de impostos das esferas Federal, Estadual e Municipal, como: IRPJ; IPI; CSLL; COFINS; PIS; CPP; ICMS e ISS, isso mediante um documento único de arrecadação, sendo o chamado Documento Único de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

O Simples caracteriza-se como um regime de arrecadação de tributos cabíveis às MPE's. E como condições para o ingresso nesse regime têm-se: enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte; cumprir os requisitos previstos na legislação; e formalizar a opção pelo Simples Nacional (PORTAL DO SIMPLES NACIONAL).

Dessa forma, o Simples Nacional trouxe basicamente uma maior simplificação quanto ao pagamento de tributos, já que é realizado através de um único documento e também há uma maior possibilidade da tributação nas MPE's ser inferior a outros regimes tributários como o Lucro Real ou Lucro Presumido.

2.4.2 Classificação das Micro e Pequenas Empresas

A definição de micro e pequena empresa apresenta uma variedade de critérios e com diferentes enfoques, fundamentados tanto pelo valor da receita bruta anual, quanto pelo

número de empregados da empresa, sendo estes estabelecidos por instituições ou legislação específica.

Segundo o IBGE (2003, p.17):

Não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das micro e pequenas empresas. Observa-se, na prática, uma variedade de critérios para a sua definição tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos. A utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato de que a finalidade e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, crédito, estudos, etc.).

Para Montañó (1999, p. 13 apud SILVA, 2010, p. 28), “a conceituação de MPE requer uma análise de sua estrutura onde são considerados três aspectos fundamentais”, são eles:

- ✓ Dimensão: tem uma dimensão menor, principalmente se tratando de número de funcionários, nível de produção e comercialização, custos de produção e ponto de equilíbrio etc.;
- ✓ Complexidade: por ter menos empregados, o poder dentro da MPE's é centralizado e os funcionários praticamente não têm funções definidas;
- ✓ Formalização: a formalização é quase que escassa e geralmente as MPE's não têm normas e objetivos definidos.

No Brasil, há vários critérios de enquadramento de Micro e Pequenas Empresas. A seguir, são apresentados os critérios utilizados para a classificação das mesmas, sob várias óticas:

- a) Na ótica da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006:

Atualmente a lei que define a micro e pequena empresa e que vigora no Brasil é a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei nº 12.792/13, que visa estabelecer normas referentes ao tratamento diferenciado às MPE's, seja no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Com a referente LC as micro e pequenas empresas passaram a ser classificadas desta maneira:

Art. 3 ° Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no

Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Vale salientar que esta lei objetiva regulamentar questões relacionadas às MPE's, tratando, dessa forma, da arrecadação de tributos, da abertura e baixa das empresas, do cumprimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas, do acesso ao crédito, das vendas ao poder público, entre outros assuntos.

No que tange a arrecadação de tributos, a LC nº 123/06 instituiu o Simples Nacional, que, segundo o Portal do Simples Nacional, é “um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte, a partir de 01.07.2007”. Dessa forma, esse regime objetiva unificar e simplificar a arrecadação de tributos e contribuições de competência federal, estadual e municipal, tais como: IRPJ; IPI; CSLL; COFINS; PIS; CPP; ICMS e ISS.

b) Na ótica do SEBRAE:

No intuito de realizar estudos sobre a participação da Micro e Pequena Empresa na economia brasileira, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) utiliza como critério para classificar as empresas deste segmento o número de funcionários existentes nesses empreendimentos, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - Classificação MPE pelo número de funcionários – SEBRAE

Porte da empresa	Receita Bruta Anual
Microempresa	Na indústria e construção: até 19 funcionários; e no comércio e serviços, até 09 funcionários.
Pequena empresa	Na indústria e construção: de 20 a 99 funcionários; e no comércio e serviços, de 10 a 49 funcionários.

Fonte: SEBRAE, 2013.

O SEBRAE através de seus estudos aprimora os programas de apoio às MPE's, fomentando, dessa maneira, essas entidades. Além disso, com a publicação de tais estudos, os empresários obtêm informações para se manterem atualizados no mundo dos negócios, aumentando suas chances de sobrevivência e de expansão no ambiente empresarial.

c) Na ótica do BNDES:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem como objetivo apoiar empresas, em especial as micro, pequenas e médias, mediante financiamentos que servem de instrumento para a realização de investimentos, visando o desenvolvimento e fortalecimento da economia brasileira. Para a classificação das MPE's o BNDES utiliza como parâmetro a receita bruta anual, conforme a tabela 3:

Tabela 2 - Classificação MPE pela receita bruta anual – BNDES

Porte da empresa	Receita Bruta Anual
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões

Fonte: BNDES, 2011.

Com base nas definições colocadas anteriormente, o quadro 2 tem por objetivo sintetizar os principais critérios empregados para o enquadramento das MPE's no Brasil, como o valor da receita e o número de pessoas ocupadas nos setores da indústria, construção, comércio e serviços:

Quadro 2 - Definição de micro e pequenas empresas

Critérios de enquadramento		Valor da receita	Pessoas ocupadas
Lei 123/06, Art.3, I e II	Micro empresa	Igual ou inferior R\$ 360.000,00	-
	Empresa de pequeno porte	Maior que R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00	-
SEBRAE	Micro empresa	-	Na indústria e construção até 19 funcionários e no comércio e serviços, até 09 funcionários.
	Empresa de pequeno porte	-	Na indústria e construção de 20 a 99 funcionários e no comércio e serviços, de 10 a 49 funcionários.
BNDES	Micro empresa	Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões.	-
	Empresa de pequeno porte	Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões.	-

Fonte: Lei 123/06, Art.3, I e II ; SEBRAE e BNDES. Adaptado de IBGE (2003).

2.4.3 Contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas

A contabilidade é a responsável por registrar todos os fatos que ocorrem no cotidiano das empresas. Apesar disso, criou-se ainda uma visão errônea de que as MPE's não precisam de uma contabilidade por ter suas operações reduzidas. Isso se configura num equívoco, porque, sem a contabilidade, não há registro dos fatos praticados pelas empresas, nem suas interpretações posteriores para tomada de decisão (SILVA, 2010).

A Lei Complementar nº 123/2006 no art. 27 enfatiza que:

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.

Já o Código Civil impõe obrigações aos empresários:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Assim, têm-se, na própria legislação, expressões que causam incertezas quanto à obrigatoriedade da contabilidade nos empreendimentos de porte menor. Essa dúvida pode estar relacionada ao termo “poderão opcionalmente”, uma vez que este representa a possibilidade de fazer ou não algo. Dessa forma, a expressão “deverão opcionalmente” poderia passar uma maior certeza quanto à adoção de uma contabilidade simplificada ou complexa, já que refere-se à obrigação de fazer algo.

Contudo, não há como registrar os fatos das empresas e obter informações para embasar o processo decisório sem a presença da contabilidade. Coelho Neto (2002, p.23 apud VILAR, 2008, p.02) afirma que:

Uma empresa sem Contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento. Impossibilitada de elaborar demonstrativos contábeis por falta de lastro na escrituração, por certo encontrará grandes dificuldades em obter fomento creditício em instituições financeiras ou de preencher uma simples informação cadastral.

No Brasil, é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que emite resoluções e interpretações de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB.

Em dezembro de 2009, foi emitido o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Tal pronunciamento foi normatizado pela Resolução CFC nº 1.255/09, aprovado pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

e sua vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2010. Tais normas são baseadas na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, que aborda conceitos subentendidos à informação contábil apresentada em demonstrações contábeis para fins gerais.

O objetivo da NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL é facilitar a formulação consistente e lógica das normas. Ela também fornece uma base para o uso de julgamento na solução de problemas de contabilidade (RESOLUÇÃO CFC 1.255/09).

O item 1.2 da referida resolução descreve que pequenas e médias empresas, para fins dessa norma, são empresas que:

- (a) Não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

O Conselho Federal de Contabilidade emitiu a Resolução CFC nº 1.418/12 com o objetivo de orientação da prática contábil. Assim, fica legalmente evidente que as MPE's estão obrigadas a adotar um sistema de contabilidade, cuja maior importância está em prover os usuários da informação contábil.

Tal resolução aprovou a ITG 1000 – Modelo Contábil para Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Esta interpretação é aplicável apenas às entidades definidas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, segundo a LC nº 123/06.

Segundo a Resolução citada “a microempresa e a empresa de pequeno porte que não optaram pela adoção desta Interpretação devem continuar a adotar a NBC TG 1000 ou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais completas, quando aplicável”.

Nessa Interpretação, vale salientar que em relação aos procedimentos contábeis das MPE's:

- A escrituração contábil deve ser feita de acordo com os Princípios de Contabilidade aprovados pela Resolução CFC nº 750/93;
- As receitas, as despesas e os custos do período da entidade devem ser escriturados contabilmente pelo regime de competência;
- A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas no final de cada exercício social;

- Embora não seja obrigatória a elaboração completa das Demonstrações Contábeis (incluindo: a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) por essa interpretação, o CFC estimula essa elaboração.

A ITG 1000 - Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, apresenta critérios a serem utilizados pelas MPE's na escrituração, nos procedimentos contábeis, nas demonstrações contábeis e no plano de contas simplificado. Tal interpretação ainda expõe quatro sugestões de modelos (quatro anexos) que podem ser utilizados por essas empresas, sendo: uma Carta de Responsabilidade da Administração; um Balanço Patrimonial; uma Demonstração do Resultado e um Plano de Contas Simplificado.

Portanto, diante do que foi exposto, é evidente a importância da contabilidade, seja ela complexa ou simplificada, para todos os tipos de negócios, principalmente para as MPE's. Pois é através da contabilidade que a empresa tem a possibilidade de analisar e interpretar as variações do seu patrimônio, a fim de tomar uma decisão mais adequada, diminuindo riscos e aumentando a probabilidade do sucesso empresarial.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Segundo Rampazzo (2005, p.13), “método é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência, ou para alcançar determinado fim. E metodologia significa o estudo do método”.

Assim, para desenvolver uma pesquisa científica devem-se seguir caminhos, ou seja, aderir procedimentos técnicos que possibilitem o alcance do objetivo almejado de maneira segura e racional.

Portanto, a metodologia apresentada a seguir tem como objetivo descrever a trajetória da construção desta pesquisa, isto é, explicar os caminhos utilizados para investigar o problema apresentado.

3.1 TIPOLOGIAS DA PESQUISA

3.1.1 Quanto aos Objetivos

Em relação aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, e conforme Gil (2008, p. 28):

As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Logo, este estudo utiliza a pesquisa descritiva pelo fato pretender identificar características das MPE's e profissionais contábeis, a fim de obter informações que contribuam para o alcance do objetivo proposto.

3.1.2 Quanto aos Procedimentos

Neste trabalho foram adotados como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

Com o intuito de contribuir para o norteamento da linha de pesquisa, empregou-se a pesquisa bibliográfica, através da qual é realizada a fundamentação teórica. Tendo como meios para consultas livros, artigos, dissertações, monografias e etc., isto é, tudo o que já foi publicado anteriormente em relação à temática abordada.

Para Manzo (1971, apud MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 185), a bibliografia “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Adotou-se também a pesquisa de campo, com a finalidade de obter dados que são imprescindíveis à realização do estudo. Conforme Marconi e Lakatos, (2007, p. 188):

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Tal procedimento foi adotado com o intuito de proporcionar maior credibilidade à pesquisa, procurando observar como os fatos acontecem na prática, fornecendo, então, conhecimentos oriundos da realidade.

3.1.3 Quanto a Abordagem

Quanto aos métodos de abordagem, foi utilizado tanto o qualitativo, quanto o quantitativo.

A pesquisa qualitativa apresenta os hábitos, as opiniões e o comportamento de grupos específicos, em conformidade com a seleção dos perfis escolhidos para a pesquisa. (VIEIRA, 2009 apud SILVA, 2010).

Sendo assim, com a utilização da pesquisa qualitativa, esse estudo objetiva conhecer e descrever as características e os comportamentos dos indivíduos que estão sendo analisados.

Richardson (1999, p.70 apud BEUREN 2012, p. 92) afirma que o método de abordagem quantitativa:

Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Essa abordagem foi utilizada na pesquisa, pois uma vez que é baseada na utilização de conceitos matemáticos, permite uma maior precisão de resultados, no que se refere à coleta e tratamento dos dados.

3.1.4 Quanto ao Método

Em relação ao método, adotou-se o indutivo já que o mesmo possibilita a realização de constatações gerais a partir de casos particulares. Na concepção de GIL (1999, apud LUCENA, 2004):

O método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente.

Assim, justifica-se a escolha desse método pelo fato da pesquisa analisar um determinado número de empresas para se chegar a uma conclusão geral a respeito dos profissionais contábeis e micro e pequenos empreendimentos da cidade de Monteiro - PB.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista estruturada realizada de através de um formulário.

Conforme Beuren et. al (2012):

A entrevista é a técnica de obtenção de informações em que o investigador apresenta-se pessoalmente à população selecionada e formula perguntas, com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada.

A entrevista realizada de forma estruturada é desenvolvida através de uma série de perguntas preestabelecidas, permanecendo de maneira fixa a todos os entrevistados, não se podendo fazer modificações quanto à ordem e conteúdo das perguntas. (ANDRADE, 2007).

Esse roteiro de perguntas estabelecidas antecipadamente é aplicado por meio de um formulário, que na concepção de Selltiz (1965, apud MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 214) “é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”.

No caso desta pesquisa, foram utilizados dois formulários visando identificar a percepção tanto dos gestores das MPE's quanto dos profissionais contábeis acerca da gestão da informação contábil no processo decisório da cidade de Monteiro - PB. Vale salientar que o formulário aplicado às MPE's foi adaptado do trabalho de Silva (2010).

Os formulários em sua maioria apresentaram questões fechadas, compreendendo tanto perguntas de escolha de uma única alternativa, quanto questões de múltipla escolha. No entanto, foram utilizadas, também, questões abertas para possibilitar ao respondente especificar suas respostas ou indicar outra alternativa além das que foram expostas.

E para um melhor detalhamento do grau de importância atribuído pelos respondentes, em um dos questionamentos presentes no formulário dos profissionais contábeis, adotou-se a escala *Likert*, que de acordo com Malhotra (2004, p. 266), “é uma escala amplamente utilizada que exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulos”.

Os formulários aplicados foram estruturados da seguinte maneira:

- ✓ Formulários aplicados as MPE's:
 - Dados referentes ao respondente: nessa seção constam informações a respeito do respondente como: a função que exerce na empresa, a faixa etária, o sexo e o grau de escolaridade.
 - Dados referentes à empresa: nessa parte do formulário encontram-se dados da empresa como: o porte, o ramo e o tempo de existência.
 - Dados referentes ao sistema de informação da empresa: nessa seção estão as informações relacionadas aos sistemas utilizados internamente pela empresa, tanto do tipo operacional e gerencial quanto do tipo informal (realizado de forma manuscrita), e também sobre o conhecimento da realidade do negócio.
 - Dados referentes ao processo decisório: nesse tópico foram abordados questionamentos a respeito, por exemplo: da utilidade da informação contábil, de quais demonstrativos e relatórios contábeis são recebidos, e sobre quais informações são utilizadas para tomada de decisão.

- ✓ Formulários aplicados aos Profissionais Contábeis:
 - Dados referentes ao respondente: nessa parte do formulário constam informações a respeito dos contadores como: a faixa etária, o sexo, a formação profissional, o tempo de atuação no mercado e sobre educação continuada.
 - Dados referentes ao escritório: nessa seção são levantadas perguntas sobre, por exemplo: a quantidade de pessoas que trabalham no escritório, os serviços que são prestados aos clientes, os demonstrativos e relatórios contábeis que são fornecidos, e também sobre as dificuldades encontradas no exercício dessa profissão.

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

3.3.1 Universo da pesquisa

Na concepção de Gil (2008, p. 89) universo ou população “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características”.

E conforme Beuren et. al (2012, p. 118) “população ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”.

Deste modo, o universo abordado nesta pesquisa se refere ao total de contadores e Micro e Pequenas Empresas da cidade de Monteiro - PB, compreendendo, respectivamente, 11 profissionais contábeis que trabalham em escritórios de acordo com a Delegacia Regional do CRC-PB de Monteiro - PB e 333 MPE's segundo a Coletoria Estadual do 3º Núcleo Regional de Monteiro - PB.

3.3.2 Amostra da Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 165), “a amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Já na concepção de Gil (2008, p.90) é um “subconjunto do universo ou população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Dessa forma, entende-se por amostra uma parte de um total de elementos que tem por finalidade agilizar e facilitar a conclusão sobre um universo pesquisado.

A amostra do presente estudo tem natureza não probabilística, pois não utiliza métodos estatísticos. Essa tem como principais tipos: por acessibilidade (ou conveniência), por tipicidade (ou intencional) e por cotas.

O tipo de amostra escolhido para esta pesquisa foi o por acessibilidade (ou conveniência), que conforme Gil (2008, p.94) é a que o “pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”.

Diante disso, a amostra foi composta por 50 MPE's. Entretanto, em relação aos contadores, a quantidade abordada foi correspondente ao universo total de 11 profissionais contábeis. Ambos responderam aos questionamentos propostos entre o final de novembro de 2013 e início de janeiro de 2014.

Portanto, neste estudo empregou-se este tipo de amostra em razão dela proporcionar maior facilidade de localização e de abordagem na obtenção dos dados a serem investigados. E, além disso, acredita-se que a amostra selecionada representa a totalidade do universo de modo a expressar sua realidade.

3.4 QUANTO À FORMA DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos precisam ser transformados em informações para posteriormente serem interpretados. Isso é possível através da realização da análise de dados que, de acordo com Beuren et.al (2012), refere-se ao trabalho aplicado em todo material adquirido na pesquisa, compreendendo questionários, entrevistas, levantamentos, etc.

A discussão e a interpretação dos dados coletados foram realizadas através do método da estatística descritiva. Esta foi alcançada com o auxílio do Microsoft Excel e o Programa Estatístico Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 20.

Segundo Beuren et. al (2012 , p.139) a análise descritiva investiga essencialmente o que é, ou seja, procura examinar as características de determinados eventos através da utilização métodos como: porcentagem, média, desvio – padrão, entre outros, a fim de auxiliar as conclusões do pesquisador.

Dessa forma, a análise descritiva é empregada nesta pesquisa com a finalidade de organizar e quantificar os dados obtidos na investigação, de maneira a distribuir estes dados em categorias e possibilitar percentuais e outra técnicas, favorecendo uma melhor compreensão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a análise e discussão dos dados obtidos na pesquisa que receberam o tratamento da análise descritiva, esta foi realizada com o auxílio do programa Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 20.

Devido à aplicação de dois formulários, este capítulo foi dividido em três seções: a 1ª referente à análise de dados das empresas; a 2ª referente à discussão dos resultados dos profissionais contábeis e a 3ª relacionada a algumas relações entre as instituições pesquisadas.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DAS EMPRESAS

A análise dos dados obtidos nas empresas foi subdividida em quatro partes, sendo elas referentes ao perfil do respondente, ao perfil das MPE's, ao sistema de informação das empresas e ao processo decisório.

4.1.1 Perfil dos respondentes

a) Função do respondente na empresa:

No tocante à função na empresa, foi observado, na Tabela 3, que 46% dos respondentes afirmaram que são gerentes-proprietários; 28% são os próprios donos do negócio (não exercem o papel de gerente, mas participam efetivamente da condução do negócio) e 26% ocupam a função de gerente do quadro de funcionários.

Segundo Lemes Júnior e Pisa (2010 apud SILVA 2010), há uma predominância mundial em relação às empresas familiares, sendo que, geralmente, o fundador é o responsável por todas as funções (compras, vendas, finanças, fornecedores, administração etc.).

Tabela 3 - Função dos respondentes nas MPE's

Função	Quantidade	%
Proprietário	14	28%
Gerente-proprietário	23	46%
Gerente-funcionário	13	26%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Faixa etária do respondente:

Em relação à faixa etária dos respondentes (Tabela 4), pode-se observar que 30% dos gestores têm acima de 40 anos; 22% possuem entre 26 e 30 anos; 20 % possuem entre 31 e 35 anos; 16 % têm até 25 anos e 12% têm entre 36 e 40 anos.

Tabela 4 - Faixa etária dos respondentes

Faixa etária	Quantidade	%
Até 25 anos	8	16%
Entre 26 e 30 anos	11	22%
Entre 31 e 35 anos	10	20%
Entre 36 e 40 anos	6	12%
Acima de 40 anos	15	30%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

c) Sexo do respondente:

Conforme a Tabela 5, observou-se que nas MPE's pesquisadas, há um percentual pequeno de diferença entre os dois gêneros, sendo que 52% dos respondentes são do sexo masculino e 48% são do sexo feminino.

Tabela 5 - Sexo dos respondentes

Sexo	Quantidade	%
Masculino	26	52%
Feminino	24	48%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

d) Grau de escolaridade do respondente

O grau de instrução de um dirigente é, sem dúvida, importante para o bom gerenciamento de um negócio. E quanto maior esse grau, mais conhecimentos e ferramentas podem ser utilizados, visando diminuir cada vez mais os riscos de uma gestão baseada apenas na experiência.

Em vista dessa importância, a Tabela 6 mostra que 48% dos gestores das MPE's pesquisadas possuem até o ensino médio completo, 22% têm o ensino superior completo, 20% possuem o ensino superior incompleto, 4% têm o ensino fundamental completo, outros 4% possuem o ensino médio incompleto e apenas 2% possuem especialização. Sendo assim, pode-se concluir que apenas 24% (soma do ensino superior completo e especialização), ou seja, menos de 1/4 dos gestores, possuem o curso superior completo.

Tabela 6 - Escolaridade dos respondentes

Escolaridade	Quantidade	%
Ensino Fundamental Completo	2	4%
Ensino Fundamental Incompleto	0	0%
Ensino Médio Completo	24	48%
Ensino Médio Incompleto	2	4%
Ensino Superior Completo	11	22%
Ensino Superior Incompleto	10	20%
Especialização	1	2%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

4.1.2 Perfil das Micro e Pequenas Empresas

a) Porte da empresa

Segundo a Tabela 7, entre os empreendimentos pesquisados, no que tange ao porte dos negócios, houve uma predominância de empreendimentos que se enquadram como microempresas com 86% do total e 14% correspondem a empresas de pequeno porte.

Tabela 7 - Número de empresas por porte

Porte da Empresa	Quantidade	%
Micro Empresa	43	86%
Empresa de Pequeno Porte	7	14%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Segmento ao qual pertence à MPE

Foi observado na Tabela 8 que a maioria das MPE's com o percentual de 70%, realiza atividades comerciais; 22% atuam no ramo de comércio e serviços e 8% realizam apenas atividades relacionadas ao ramo de serviços.

Tabela 8 - Número de empresas por segmento de atividade

Ramo da Empresa	Quantidade	%
Comércio	35	70%
Serviços	4	8%
Comércio e Serviços	11	22%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

c) Tempo de existência da empresa

De acordo com os dados da Tabela 9, observou-se que o maior percentual foi atribuído às MPE's com mais de 10 anos de existência com 38%, seguido de 30% com tempo de 6 a 10 anos, 24% de 1 a 5 anos e 8% com menos de 1 ano de atividade. Segundo Queiroz (2005 apud MOREIRA 2013), as empresas com mais de 10 anos de existência no mercado estão acima da média nacional, sendo essa longevidade atribuída ao fato dos proprietários tentarem desenvolver seus negócios, visando o sustento próprio e familiar. Como consequência disso, há uma contribuição para o progresso econômico de sua região.

Tabela 9 - Tempo de existência da empresa

Tempo de Existência da Empresa	Quantidade	%
menos de 1 ano	4	8%
de 1 a 5 anos	12	24%
de 6 a 10 anos	15	30%
mais de 10 anos	19	38%
Total	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

4.1.3 Dados referentes ao sistema de informação da empresa

a) Informações utilizadas internamente pelas MPE's

A Tabela 10 apresenta os questionamentos realizados sobre as informações internas utilizadas pelas MPE's. E diante dos dados obtidos, foi observado que o maior percentual está atribuído ao uso do computador, com 80%. Constatou-se ainda que 66% utiliza algum tipo de sistema operacional, 64% possuem algum tipo de sistema gerencial, 52% acompanham noticiários ligados à empresa e 46% frequentam eventos como palestras, reuniões, etc.

Silva (2010) reforça os resultados apresentados acima, onde em seu trabalho foram constatados percentuais bem próximos aos discutidos em relação à questão em análise.

Tabela 10 - Informações internas para utilização das empresas

Questionamentos	Quantidade	%
Utiliza computador?	40	80%
Utiliza algum sistema operacional?	33	66%
Utiliza algum sistema gerencial?	32	64%
Acompanha noticiários ligados a sua empresa?	26	52%
Participa de palestras, reuniões, etc.?	23	46%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

b) Controles internos das MPE's

Com relação ao controle das atividades internas das empresas, mesmo que estas sejam realizadas de forma manuscrita, observa-se na Tabela 11 que 84% têm o controle do fluxo de caixa e outros 84% controlam das dívidas da empresa, seguidos de 78% que afirmaram ter o controle das contas a pagar; 76% controlam as contas a receber, e outros 76% controlam os saldos bancários; 70% têm o controle dos custos do negócio; 62% controlam e acompanham os estoques; 50% estabelecem e acompanham metas para as vendas e 46% controlam a sua necessidade ou sobra de dinheiro para o futuro (previsão de caixa).

Tabela 11 - Controle interno de atividades das empresas

Controle de atividades	Quantidade	%
Controle de fluxo de caixa	42	84%
Controle de contas a pagar	39	78%
Controle de contas a receber	38	76%
Controle e acompanhamento de estoques	31	62%
Controle e acompanhamento de custos	35	70%
Controle de saldos bancários	38	76%
Controle de dívidas	42	84%
Controle da necessidade/sobra de dinheiro	23	46%
Estabelecimento de uma meta de vendas	25	50%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

c) Conhecimento da realidade mensal nas MPE's

De acordo com a Tabela 12, 70% dos gestores têm o conhecimento exato das vendas mensais da empresa, 68% afirmaram conhecer os custos e despesas exatos por mês, 56% têm o conhecimento do lucro ou prejuízo mensal, e por fim, 14% dos gestores declararam não terem nenhum destes acompanhamentos mensalmente, ou seja, 7 dos 50 gestores não têm o controle sobre as operações básicas do seu negócio.

Tabela 12 - Conhecimento da realidade mensal das operações das empresas

Acompanhamento mensal	Quantidade	%
Quanto vende no mês.	35	70%
Quanto foram os custos e despesas no mês	34	68%
Quanto foi o lucro/prejuízo no mês.	28	56%
Não tenho nenhum destes acompanhamentos	7	14%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

4.1.4 Dados referentes ao processo decisório

a) Principal utilidade da informação contábil

A Tabela 13 apresenta a principal utilidade da informação contábil na percepção dos gestores das MPE's. Pode-se constatar que 80% dos gestores afirmaram que as informações contábeis são necessárias para atender às exigências fiscais; para 10% elas são necessárias para cumprir exigências trabalhistas e outros 10% declaram que as informações contábeis são importantes para auxiliar no processo decisório. Pode-se destacar na pesquisa realizada por Moreira et. al. (2008), que aproximadamente 70% dos entrevistados afirmaram que utilizam as informações contábeis voltadas principalmente para área fiscal e trabalhista.

Os dados apresentados confirmam uma visão totalmente errônea da verdadeira utilidade da Contabilidade, que é o de prover informações a seus usuários, principalmente no processo decisório. É possível verificar que as informações contábeis são utilizadas pela grande maioria dos gestores em atendimento às exigências legais, e como consequência disso, os mesmos deixam de usufruir os benefícios da Contabilidade, já que esta quando utilizada de maneira correta, têm um alto poder gerencial.

Tabela 13 - Principal utilidade da informação contábil para as MPE's

Utilidade da informação contábil	Quantidade	%
Exigências fiscais	40	80%
Exigências trabalhistas	5	10%
Tomada de decisões	5	10%
Total	50	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Incentivo do profissional contábil quanto à utilização de relatórios gerenciais

Os gestores foram questionados sobre se eram incentivados pelos seus prestadores de serviços contábeis a utilizarem relatórios gerenciais na tomada de decisões. Os resultados exibidos na Tabela 14 apontam que 36% declararam que são incentivados; 24% afirmaram que nunca receberam incentivo à utilização desses relatórios; 22% disseram receber incentivo às vezes e 18% afirmaram não serem incentivados.

Vale enfatizar que é preocupante o percentual apresentado em relação ao incentivo pelo profissional contábil, quanto à utilização do relatório contábil gerencial em tomada de decisões. Pois, geralmente os gestores dessas empresas não têm o conhecimento pleno de tais relatórios, então, cabe aos contabilistas demonstrarem a real importância, bem como os benefícios gerados pelo uso desse tipo de relatório.

Tabela 14 - Incentivo do profissional contábil quanto à utilização de relatórios gerenciais para tomada de decisão

Incentivo a utilização de relatórios	Quantidade	%
Sim	18	36%
Não	9	18%
Às vezes	11	22%
Nunca	12	24%
Total	50	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

c) Assessoria no entendimento de relatórios gerenciais

Em relação à assessoria dos profissionais contábeis no esclarecimento de possíveis dúvidas em relatórios gerenciais, os dados da Tabela 15 demonstram que, 60% dos gestores recebem algum tipo de assessoria, 32% não são assessorados e 8% recebem assessoria às vezes.

Tabela 15 - Assessoria no entendimento de relatórios gerenciais

Assessoria	Quantidade	%
Sim	30	60%
Não	16	32%
Às vezes	4	8%
Nunca	0	0%
Total	50	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Apesar do baixo percentual quanto ao incentivo à utilização dos relatórios contábeis gerenciais em tomada de decisões apresentados pela tabela 14, pode-se perceber que os profissionais contábeis oferecem assessoria, pelo menos, no que se refere à compreensão desses relatórios, conforme percentual apresentado na tabela acima.

d) Demonstrações contábeis recebidas do contador

Na Tabela 16, expõem-se as respostas que foram obtidas em relação ao recebimento de demonstrativos contábeis, bem como a periodicidade deste recebimento. Percebeu-se que há uma deficiência quanto ao repasse dessas demonstrações para os gestores das MPE's, onde 44% recebem a demonstração do resultado; 42% o balanço patrimonial; 38% recebem o balancete de verificação; 28% as notas explicativas; 22% a demonstração do valor adicionado; 20% a demonstração do fluxo de caixa e 18% a demonstração de lucros e prejuízos acumulados. Pode-se observar também que a grande maioria dos demonstrativos que são recebidos tem uma periodicidade de entrega anual.

De maneira geral, pode-se observar uma insuficiência quanto ao recebimento desses demonstrativos, o que pode prejudicar os gestores das empresas, pois os mesmos deixam de ter uma visão completa da situação econômico - financeira da empresa, e essas informações quando utilizadas corretamente podem servir de base para nortear a tomada de decisões.

Tabela 16 - Demonstrações contábeis recebidas do profissional contábil

Demonstração	Sim	%	Periodicidade					Não	%	Total	%
			Sem	Mens	Trim	Semt	Anual				
Balancete de verificação	19	38%	-	6	2	3	8	31	62%	50	100%
Balanço patrimonial	21	42%	-	1	1	2	17	29	58%	50	100%
Demonstração de resultado	22	44%	-	7	3	1	11	28	56%	50	100%
Demonstração de lucros e prejuízos acumulados	9	18%	-	1	-	2	6	41	82%	50	100%
Demonstração do fluxo de caixa	10	20%	-	2	-	3	5	40	80%	50	100%
Demonstração do valor adicionado	11	22%	-	-	1	2	8	39	78%	50	100%
Notas explicativas	14	28%	-	4	-	3	7	36	72%	50	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

e) Informações contábeis recebidas através de relatórios contábeis especiais

O propósito deste questionamento foi o de investigar se os gestores recebem informações sob a forma de relatórios sobre o negócio. Cabe ressaltar que, para a elaboração destes relatórios é necessário se ter o conhecimento das informações contidas nas demonstrações contábeis da empresa, como por exemplo, valores relacionados à lucratividade, às receitas, aos custos e despesas, aos estoques, etc.

Como demonstra a Tabela 17, 52% dos gestores alegaram receber informações sobre o planejamento tributário da empresa, no que tange à posição escolhida para pagar menos tributos. Observou-se também que: 26% recebem informações econômicas (lucros/prejuízos, receitas, custos e despesas); 16% recebem informações financeiras (contas a pagar e a receber); 14% têm informações sobre as dívidas do negócio; 10% recebem informações sobre as eficiências operacionais (prazos de renovação de estoques, recebimentos de vendas e pagamentos de compras) e apenas 4% dos gestores admitiram receber informações de cunho gerencial, como por exemplo, em relação aos produtos mais lucrativos ou produtos que dão mais prejuízo, etc.

Percebe-se, através dos resultados, que, além dos gestores não receberem de forma suficiente os demonstrativos contábeis, os mesmos também não recebem as informações referentes ao funcionamento dos empreendimentos na forma de relatórios. Destaca-se o maior percentual de 52% dos gestores que têm acesso à informes relacionados ao planejamento tributário (impostos), o que confirma a distorção da ideia de que a Contabilidade é utilizada apenas como uma ferramenta para atender às exigências fiscais.

Tabela 17 - Informações contábeis recebidas (em relatórios especiais)

Informações Contábeis	Quantidade	%
Informações financeiras	8	16%
Informações econômicas	13	26%
Informações de endividamento	7	14%
Informações de eficiências operacionais	5	10%
Informações gerenciais	2	4%
Informações de planejamento tributário	26	52%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

f) Consulta ao profissional contábil para a tomada de decisão

No cotidiano de um negócio, há a necessidade de se tomar decisões constantemente, dessa forma, os gestores das MPE's foram questionados se costumavam consultar o seu profissional contábil antes de tomar decisões. As respostas apresentadas na Tabela 18 evidenciaram que o maior percentual foi o de 34% de gestores, que consultam este profissional para levantar empréstimos bancários para capital de giro, seguido de 30%, que buscam consulta antes de adquirir algum ativo imobilizado; 16% que solicitam uma orientação do profissional antes de fazer compras em montante maior para proteger estoques; 14% que consultam antes de planejar recursos financeiros para pagar obrigações, e por fim, 8% alegaram se consultar antes de realizar uma promoção de vendas.

De maneira geral, percebe-se que a maioria dos gestores não costuma consultar seu contabilista antes de tomar decisões. No estudo realizado por Ribeiro, Freire e Barella (2013), 47,38% dos entrevistados afirmaram não consultar seu contador antes de tomar alguma decisão.

Tabela 18 - Consulta ao profissional contábil para tomada de decisão

Tomada de decisão	Quantidade	%
Levantar empréstimos	17	34%
Aquisição de ativo imobilizado	15	30%
Planejar recursos financeiros	7	14%
Fazer compras em montante diferente	8	16%
Realizar promoção	4	8%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

g) Informações que sustentam o processo decisório das MPE's

Com relação às informações que sustentam o processo decisório, observa-se na Tabela 19 que: 74% dos gestores das empresas pesquisadas utilizam os orçamentos para a tomada de decisões; 60% fazem a análise do cenário econômico atual e futuro através da implantação de metas de curto, médio e longo prazo; 54% fazem uso do planejamento estratégico; 52% utilizam o fluxo de caixa projetado; 50% avaliam de forma tempestiva e contínua a liquidez da empresa e 4% alegaram não utilizar nenhuma informação.

Ainda em relação aos resultados obtidos na Tabela 19, além das alternativas que foram citadas anteriormente, 14% afirmaram utilizar outras informações no processo decisório, sendo elas: Análise de compras e vendas, pesquisa de mercado (preço), instruções da matriz da empresa (no caso das filiais) e experiência no ramo.

Tabela 19 - Informações que sustentam o processo decisório

Informações contábeis	Quantidade	%
Análise do cenário econômico	30	60%
Orçamentos	37	74%
Fluxo de caixa projetado	26	52%
Avaliação da liquidez	25	50%
Planejamento estratégico	27	54%
Outras	7	14%
Nenhuma	2	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente as 50 empresas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

A análise dos dados obtidos através dos questionamentos realizados aos profissionais contábeis foi subdividida em duas partes, sendo elas, referentes ao perfil do respondente e aos dados do escritório.

4.2.1 Perfil dos respondentes

a) Faixa etária dos profissionais contábeis

Em relação à faixa etária dos respondentes, pode-se observar na Tabela 20, que 54,5% dos profissionais dos escritórios pesquisados estão entre 36 e 40 anos; 27,3% têm acima de 40 anos; 9,1% estão entre 31 e 35 anos e outros 9,1% têm até 25 anos.

Corroborando com os resultados obtidos neste estudo, o CFC (2010), em uma pesquisa realizada referente ao Perfil do Contabilista Brasileiro em 2009, apontou que há uma predominância com 44,1% dos profissionais com idade entre 31 a 49 anos.

Tabela 20 - Faixa etária dos profissionais contábeis

Faixa etária	Quantidade	%
Até 25 anos	1	9,1%
Entre 26 e 30 anos	0	0%
Entre 31 e 35 anos	1	9,1%
Entre 36 e 40 anos	6	54,5%
Acima de 40 anos	3	27,3%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Sexo dos profissionais contábeis

Segundo a Tabela 21, foi possível constatar, com relação ao sexo dos profissionais contábeis, que 72,7% são do sexo masculino e 27,3% são do sexo feminino. Ainda conforme o CFC (2010), 74,6% dos entrevistados são homens e 25,4% são mulheres.

Tabela 21 - Sexo dos profissionais contábeis

Sexo	Quantidade	%
Masculino	8	72,7%
Feminino	3	27,3%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

c) Formação dos profissionais contábeis

De acordo com os dados apresentados na Tabela 22, foi possível verificar que 45,4% dos profissionais contábeis têm o ensino superior completo, 36,4% possuem o curso técnico e 18% são especialistas. Segundo o CFC (2010), os maiores percentuais são de 60,9% dos respondentes com curso superior e 38,8% com curso técnico.

Tabela 22 - Formação dos profissionais contábeis

Formação	Quantidade	%
Técnico	4	36,4%
Superior Incompleto	0	0%
Superior Completo	5	45,4%
Especialização	2	18,2%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

d) Tempo de atuação no mercado dos profissionais contábeis

Com relação à Tabela 23, compreende-se que 36,3% dos profissionais atuam no mercado há mais de 20 anos, 27,3% de 11 a 20 anos, 18,2% de 6 a 10 anos, 9,1% de 2 a 5 anos e outros 9,1% atuam há menos de 2 anos. Pode-se perceber também que, os profissionais que atuam no município de Monteiro- PB, têm uma boa experiência no ramo contábil, sendo que 63,6% têm a partir de 11 anos de atuação no mercado (soma de 11 a 20 anos e mais de 20 anos). Dados do CFC (2010) mostram que 70,5% dos profissionais da Contabilidade têm mais de 15 anos de experiência.

Tabela 23 - Tempo de atuação no mercado dos profissionais contábeis

Tempo de atuação	Quantidade	%
Menos de 2 anos	1	9,1%
De 2 a 5 anos	1	9,1%
De 6 a 10 anos	2	18,2%
De 11 a 20 anos	3	27,3%
Mais de 20 anos	4	36,3%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

e) Frequência que participa de eventos relativos à educação continuada

Como demonstra a Tabela 24, foram obtidas dos profissionais contábeis informações sobre qual a frequência com a qual eles costumam participar de eventos relativos à educação continuada. Foi verificado que 45,4% frequentam semestralmente, 27,3% participam trimestralmente, 18,2% vão a estes eventos mensalmente e 9,1% frequentam anualmente.

Tabela 24 - Frequência que participa de eventos relativos à educação continuada

Frequência	Quantidade	%
Mensalmente	2	18,2%
Trimestralmente	3	27,3%
Semestralmente	5	45,4%
Anualmente	1	9,1%
Não frequento	0	0%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

4.2.2 Dados referentes ao escritório

a) Quantidade de pessoas que trabalham no escritório

Por meio da Tabela 25, os dados apresentados evidenciam que, em 36,4% dos escritórios trabalham até duas pessoas, em outros 36,4% têm de 3 a 5 pessoas e em 27,2% dos escritórios trabalham de 6 a 10 pessoas.

Tabela 25 - Quantidade de pessoas que trabalham no escritório

Número de pessoas	Quantidade	%
Até 2 pessoas	4	36,4%
De 3 a 5 pessoas	4	36,4%
De 6 a 10 pessoas	3	27,2%
Mais de 10 pessoas	0	0%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Serviços oferecidos aos clientes

Em relação aos serviços oferecidos aos clientes, a Tabela 26 evidencia que há uma unanimidade de profissionais (100%) que prestam serviços fiscais, de declaração de IR e de abertura e encerramento de empresas. Seguidos de 81,8% que prestam serviços contábeis e outros 81,8% serviços trabalhistas, 63,6% que oferecem consultoria aos clientes, 27,3% prestam serviços gerenciais e 9,1% de custos. Por fim, houve a incidência de profissionais que admitiram oferecer outros serviços, além dos citados anteriormente, como por exemplo, certificação digital, sistemas comerciais, IRPF, ITR e assessoria NF-e.

Tabela 26 - Serviços oferecidos aos clientes

Serviços	Quantidade	%
Consultoria	7	63,6%
Contábil	9	81,8%
Fiscal	11	100%
Trabalhista	9	81,8%
Declaração de IR	11	100%
Abert./Encerram. de empresas	11	100%
Contab. Gerencial	3	27,3%
Contab. de custos	1	9,1%
Outros	2	18,2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs.: O percentual é referente aos 11 profissionais contábeis.

c) Demonstrativos fornecidos aos clientes

A Tabela 27 apresenta as respostas obtidas dos profissionais em relação ao fornecimento de demonstrativos contábeis aos seus clientes, assim como a periodicidade deste fornecimento. Onde 72,7% fornecem a demonstração do resultado; com o mesmo percentual de 54,5%, estão os que fornecem o balancete de verificação, o balanço patrimonial e a demonstração de lucros e prejuízos acumulados; 36,4% as notas explicativas; 27,3% a demonstração do fluxo de caixa e 18,2% a demonstração do valor adicionado. Vale salientar que a maioria das demonstrações contábeis são fornecidas anualmente.

Na ausência do fornecimento desses demonstrativos por parte dos profissionais, os gestores dessas empresas se prejudicam, já que deixam de ter uma visão geral da situação da empresa.

Stroeher e Freitas (2008) alegam que as relações entre os profissionais contábeis e proprietários de pequenas empresas estão muito distanciadas, no que tange ao fornecimento recíproco de informações para o processo de gestão dessas empresas.

Tabela 27 - Demonstrativos fornecidos aos clientes

Demonstração	Sim	%	Periodicidade					Não	%	Total	%
			Sem	Mens	Trim	Semt	Anual				
Balancete de verificação	6	54,5%	-	2	1	-	3	5	45,5%	11	100%
Balanço patrimonial	6	54,5%	-	-	-	-	6	5	45,5%	11	100%
Demonstração do resultado	8	72,7%	-	1	-	-	7	3	27,3%	11	100%
Demonstração de lucros e prejuízos acumulados	6	54,5%	-	-	-	-	6	5	45,5%	11	100%
Demonstração do fluxo de caixa	3	27,3%	-	-	1	-	2	8	72,7%	11	100%
Demonstração do valor adicionado	2	18,2%	-	-	1	-	1	9	81,8%	11	100%
Notas explicativas	4	36,4%	-	-	-	-	4	7	63,6%	11	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

d) Desenvolvimento de relatórios gerenciais aos clientes

Neste quesito, pretendeu-se averiguar se o profissional contábil desenvolve relatórios gerenciais para os seus clientes. E ainda, em caso afirmativo buscou-se descobrir quais são os tipos de relatórios e, em caso negativo, o motivo pelo não desenvolvimento.

Constatou-se na Tabela 28 que, 72,7% dos profissionais desenvolvem relatórios, dentre os apontados estão os relacionados a: previsão de vendas; declaração anual; vendas e compras anuais; investimentos; faturamento; conta mercadoria; balanço patrimonial; custo de produtos/serviços e planejamento para empresa. E 27,3% afirmaram não desenvolver relatórios, pois seus clientes não solicitam.

O estudo realizado por Vilela et. al. (2012), corrobora com os resultados acima, onde os escritórios de contabilidade afirmaram fornecer informações para auxílio na gestão das MPE's. Dentre as citadas estão: relação de faturamento; demonstração do resultado; fluxo de caixa; relatórios gerenciais e balanço patrimonial.

Tabela 28 - Desenvolvimento de relatórios gerenciais para os clientes

Questionamentos	Quantidade	%
Sim	8	72,7%
Não	3	27,3%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

e) Assessoria no entendimento dos relatórios gerenciais

Na tabela 29, buscou-se identificar quantos dos profissionais que desenvolvem relatórios gerenciais prestam assessoria aos seus clientes no entendimento de tais relatórios. Após a pesquisa, foi possível identificar que 75% prestam assessoria aos seus clientes e 25% fornecem às vezes. O resultado apresentado confirma os dados demonstrados na tabela anterior (Tabela 28), onde a maioria dos profissionais desenvolvem relatórios gerenciais. Logo, não adianta prestar um serviço sem o seu devido esclarecimento.

Tabela 29 - Assessoria no entendimento dos relatórios gerenciais

Questionamentos	Quantidade	%
Sim	6	75%
Não	0	0%
Às vezes	2	25%
Nunca	0	0%
Total	8	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Obs: O percentual é referente aos 8 profissionais contábeis que responderam de forma positiva o questionamento da tabela anterior (tabela 28).

f) Incentivo ao uso dos relatórios gerenciais aos clientes

Os profissionais contábeis foram questionados se incentivavam seus clientes a utilizarem os relatórios gerenciais como apoio à tomada de decisão. A Tabela 30 demonstra que, 63,6% dos profissionais contábeis incentivam seus clientes e 36,4% incentivam às vezes.

Tabela 30 - Incentivo ao uso dos relatórios gerenciais aos clientes

Questionamentos	Quantidade	%
Sim	7	63,6%
Não	0	0%
Às vezes	4	36,4%
Nunca	0	0%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

g) Frequência em que os profissionais contábeis entram em contato com os clientes

Em relação à frequência em que os profissionais entram em contato com seus clientes, é possível observar na Tabela 31, que 36,4 afirmaram entrar em contato duas vezes ao mês, e outros 36,4% mais de duas vezes ao mês. E ainda 18,1% alegaram que a frequência é de uma vez ao mês, e por fim, 9,1% declararam outra frequência, sendo esta de duas a três vezes por semana.

Tabela 31 - Frequência em que entram em contato com os clientes

Frequência	Quantidade	%
Uma vez ao mês	2	18,1%
Duas vezes ao mês	4	36,4%
Mais de duas vezes ao mês	4	36,4%
Outra	1	9,1%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

h) Encaminhamento de comprovantes de gastos em tempo hábil por parte dos clientes

Quanto ao encaminhamento de comprovantes de gastos em tempo hábil, a Tabela 32 evidencia que a maioria, com 72,7% dos profissionais, afirmou que os clientes os encaminham às vezes; 18,2% alegaram que os comprovantes não são entregues a tempo e 9,1% afirmaram que essa entrega é realizada em tempo hábil. Pode-se concluir que, geralmente, esses comprovantes não são entregues a tempo aos profissionais contábeis, e consequentemente esse pode ser um fator prejudicial à elaboração e fornecimento de relatórios e demonstrativos às empresas.

Tabela 32 - Encaminhamento de comprovantes de gastos em tempo hábil por parte dos clientes

Questionamentos	Quantidade	%
Sim	1	9,1%
Não	2	18,2%
Às vezes	8	72,7%
Nunca	0	0%
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

i) Dificuldades no exercício da atividade contábil

O questionamento da Tabela 33 visa apresentar quais são as maiores dificuldades no exercício da atividade contábil para os profissionais, bem como o grau de importância atribuído a cada dificuldade.

Para indicar o grau de importância, foi utilizada a seguinte escala Likert, onde: 1 – Não é importante; 2 – Pouco Importante; 3 – Indiferente; 4 – Importante; e 5 – Muito importante.

Com relação às dificuldades apresentadas segundo os profissionais no exercício contábil, a pesquisa mostrou de acordo a Tabela 33 que, 90,9% atribuíram a baixa remuneração, 81,8% atribuíram a concorrência desleal, o mesmo percentual para a falta de reconhecimento da sociedade e a manutenção da postura ética; 72,7% atribuíram as alterações

constantes na legislação, e 9,1% apontaram outras dificuldades além das que foram citadas anteriormente, como a falta de apoio do órgão da classe (CRC).

A Tabela 33 evidencia, também, o grau de importância dado pelos profissionais contábeis. A seguir, serão elencadas algumas das importâncias dadas, como: baixa remuneração, 4 dos profissionais contábeis (40%) atribuíram sendo muito importante e o mesmo percentual para os que atribuíram como importante e 2 (20%) como indiferente; como concorrência desleal, 5 (56%) atribuiu muito importante, 3 (33%) como importante e para 1 (11%) não é importante; na dificuldade com as alterações na legislação, 5 (62,5%) atribuíram como muito importante, 2 (25%) como pouco importante e 1 (12,5%) como importante; em relação a falta de reconhecimento da sociedade, 4 (44,5%) atribuíram como muito importante, 2 (22,2%) como importante, e o mesmo percentual para aqueles que atribuíram como pouco importante e 1 (11,1%) como não importante; na manutenção da postura ética, 4 (44,5%) atribuíram como importante, 3 (33,3%) como muito importante, 1 (11,1%) como pouco importante e o mesmo percentual para a atribuição não é importante; e ainda como outras dificuldades (falta de apoio do órgão da classe), 1 (100%) atribuiu como importante.

A pesquisa realizada pelo CFC (2010) elenca as três principais dificuldades apontadas pelos profissionais contábeis no exercício da profissão, que são: as constantes mudanças na legislação (59,4%); a falta de valorização profissional (35,6%) e a concorrência desleal (34,7%).

Tabela 33 - Dificuldades no exercício da atividade contábil

Dificuldades	Sim	%	Grau de importância					Não	%	Total	%
			1	2	3	4	5				
Baixa remuneração	10	90,9%	-	-	2	4	4	1	9,1%	11	100%
Concorrência desleal	9	81,8%	1	-	-	3	5	2	18,2%	11	100%
Alterações constantes na legislação	8	72,7%	-	2	-	1	5	3	27,3%	11	100%
Falta de reconhecimento da sociedade	9	81,8%	1	2	-	2	4	2	18,2%	11	100%
Manutenção da postura ética	9	81,8%	1	1	-	4	3	2	18,2%	11	100%
Outras	1	9,1%	-	-	-	1	-	10	90,9%	11	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

4.3 ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE CARACTERÍSTICAS DAS MPE'S

Foram analisadas algumas relações, no intuito de saber se há alguma associação entre o tempo de existência das MPE's pesquisadas com as seguintes questões: utilização da informação contábil, as informações contábeis recebidas, a consulta ao contabilista para tomada de decisões e as informações que sustentam o processo decisório.

a) Relação entre o tempo de existência da empresa e utilidade da informação contábil

Entre as empresas pesquisadas que utilizam as informações contábeis em atendimento às exigências fiscais (Tabela 34), 40% apresentam mais de 10 anos de existência, 32,5% de 6 a 10 anos, 20% de 1 a 5 anos e 7,5% menos de 1 ano. Já em relação às exigências trabalhistas, 60% têm de 1 a 5 anos de atuação, 20% de 6 a 10 anos e outros 20% mais de 10 anos. E por fim, em relação às MPE's que utilizam a informação contábil para a tomada de decisões, 40% apresentam mais de 10 anos de atividade, 20% de 6 a 10 anos, 20% de 1 a 5 anos e outros 20% menos de 1 ano.

Através da Tabela 34, pode-se verificar que a maioria das empresas mais antigas (mais de 10 anos de existência) são as que utilizam as informações contábeis tanto para atender as exigências fiscais, quanto para tomada de decisões. E a maioria das empresas que fazem uso das informações contábeis para fins trabalhistas são as com tempo de existência de 1 a 5 anos.

Vale enfatizar que esses negócios deveriam priorizar o uso da contabilidade no seu processo de gerenciamento, uma vez que essas empresas estão dentro de um período propício à falência, pois segundo estudos do SEBRAE (2008), a taxa de mortalidade de empresas com até 5 anos de atividade era de 62%, e dentre as razões para esse resultado estão os problemas de gestão empresarial.

Tabela 34 - Relação entre o tempo de existência das empresas e utilidade da informação contábil

Utilidade da informação contábil	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Exigências fiscais	7,5%	20%	32,5%	40%	100%
Exigências trabalhistas	0%	60%	20%	20%	100%
Tomada de decisões	20%	20%	20%	40%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

b) Relação entre o tempo de existência da empresa e informações contábeis recebidas

Em relação às informações contábeis recebidas e o tempo de existência das empresas, observou-se, na Tabela 35, que entre as que recebem informações financeiras, 50% apresentam mais de 10 anos de existência, 37,5% de 6 a 10 anos e 12,5% de 1 a 5 anos. Quanto as que recebem informações econômicas, 38,4% têm mais de 10 anos, 30,8% de 6 a 10 anos e outros 30,8% de 1 a 5 anos. Em relação ao recebimento de informações sobre endividamento, 42,9% apresentam mais de 10 anos, outros 42,9% de 6 a 10 anos e 14,2% de 1 a 5 anos. Entre os que recebem informações de eficiências operacionais, 40% têm de 1 a 5 anos, outros 40% de 6 a 10 anos e 20% mais de 10 anos. No que se refere ao recebimento de informações gerenciais, 50% têm de 1 a 5 anos e os outros 50% mais de 10 anos. E entre as que recebem informações de planejamento tributário, 40% apresentam mais de 10 anos, 28% de 1 a 5 anos, 20% de 6 a 10 anos e 12% menos de 1 ano.

Destaca-se que, são em grande maioria as empresas mais antigas (mais de 10 anos de existência) que recebem informações contábeis de seus contadores.

Tabela 35 - Relação entre o tempo de existência das empresas e informações contábeis recebidas

Informações Contábeis	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Informações financeiras	0%	12,5%	37,5%	50%	100%
Informações econômicas	0%	30,8%	30,8%	38,4%	100%
Informações de endividamento	0%	14,2 %	42,9%	42,9%	100%
Informações de eficiências operacionais	0%	40%	40%	20%	100%
Informações gerenciais	0%	50%	0%	50%	100%
Informações de planejamento tributário	12%	28%	20%	40%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

c) Relação entre o tempo de existência da empresa e consulta ao contabilista para tomada de decisões

Na Tabela 36, pode-se verificar que entre as empresas pesquisadas que consultam o contabilista antes de levantar empréstimos, 47,1% apresentam de 6 a 10 anos de existência, 23,5% mais de 10 anos, outros 23,5% de 1 a 5 anos e 5,9% menos de 1 ano. Em relação à

consulta na aquisição de ativos imobilizados, 40% têm de 1 a 5 anos de atividade, 33,3% mais de 10 anos e 26,7% de 6 a 10 anos. Quanto as que solicitam assessoria do profissional contábil para ao planejamento de recursos financeiros, 57,1% apresentam mais de 10 anos de existência, 28,6% têm de 1 a 5 anos e 14,3% de 6 a 10 anos. No que tange a consulta para fazer compras em montante diferente, 50% estão na faixa de 1 a 5 anos e os outros 50% têm mais de 10 anos. Já em relação à assessoria antes de realizar promoções de vendas, 75% apresentam mais de 10 anos e 25% de 1 a 5 anos.

Percebe-se que as empresas que se encontram na faixa de 1 a 5 anos e na faixa de mais de 10 anos de existência, são as que mais consultam o responsável pela contabilidade antes de tomar alguma decisão no cotidiano do negócio.

Tabela 36 - Relação entre o tempo de existência das empresas e consulta ao contabilista para tomada de decisão

Tomada de decisão	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Levantar empréstimos	5,9%	23,5%	47,1%	23,5%	100%
Aquisição de ativo imobilizado	0%	40%	26,7%	33,3%	100%
Planejar recursos financeiros	0%	28,6%	14,3%	57,1%	100%
Fazer compras em montante diferente	0%	50%	0%	50%	100%
Realizar promoção	0%	25%	0%	75%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

d) Relação entre o tempo de existência da empresa e informações que sustentam o processo decisório

Com relação às informações que sustentam o processo decisório e o tempo de existência das empresas, observou-se na Tabela 37 que entre as que fazem a análise do cenário econômico, 36,7% apresentam mais de 10 anos de existência, 30% de 6 a 10 anos, outros 30% de 1 a 5 anos e 3,3% menos de 1 ano. Quanto as que fazem orçamentos, 35,2% têm mais de 10 anos, 29,7% de 6 a 10 anos, outros 29,7% de 1 a 5 anos e 5,4% menos de 1 ano. Em relação as que fazem uso do fluxo de caixa projetado, 46,2% apresentam mais de 10 anos, 26,9% de 6 a 10 anos, 19,2% de 1 a 5 anos e 7,7% menos de 1 ano. Entre os que avaliam a liquidez, 44% têm mais de 10 anos, 28% de 1 a 5 anos, 24% de 6 a 10 anos e 4% menos de 1 ano. No que se refere à utilização do planejamento estratégico, 37% têm de 1 a 5 anos, outros 37% de 6 a 10 anos, 18,5% mais de 10 anos e 7,5% menos de 1 ano. Houve a incidência de empresas que afirmaram utilizar outras informações, sendo que, 42,8% estão na

faixa de 6 a 10 anos, 28,6% mais de 10 anos e outros 28,6% de 1 a 5 anos. E por fim, entre as que não usam nenhuma informação no processo decisório, 50% têm de 6 a 10 anos e os outros 50% mais de 10 anos.

Tabela 37 - Relação entre o tempo de existência das empresas e informações que sustentam o processo decisório

Informações contábeis	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	De 6 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total
Análise do cenário econômico	3,3%	30%	30%	36,7%	100%
Orçamentos	5,4%	29,7%	29,7%	35,2%	100%
Fluxo de caixa projetado	7,7%	19,2%	26,9%	46,2%	100%
Avaliação da liquidez	4%	28%	24%	44%	100%
Planejamento estratégico	7,5%	37%	37%	18,5%	100%
Outras	0%	28,6%	42,8%	28,6%	100%
Nenhuma	0%	0%	50%	50%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

De maneira geral, pode-se observar que as empresas com mais tempo de existência (mais de 10 anos) são as que mais utilizam as informações atribuídas na tabela no processo decisório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema desta pesquisa foi referente à informação contábil como instrumento de gestão, tendo como objetivo identificar a percepção dos gestores das MPE's e profissionais contábeis da cidade de Monteiro – PB em relação à utilização da informação contábil no processo decisório.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão da literatura sobre a contabilidade como sistema de informação, informação contábil, o processo decisório, aspectos legais, classificação e contabilidade em MPE's, a partir de pesquisas já desenvolvidas, seguida da aplicação de dois formulários, tanto em empresas do segmento pesquisado, quanto aos profissionais contábeis.

Após a realização deste estudo, observou-se que a maioria dos gestores das MPE's utiliza as informações contábeis apenas para atender às exigências fiscais. Ainda foi possível perceber a falta de conhecimento por parte destes sobre a verdadeira contribuição gerencial que estas informações podem oferecer, principalmente no que tange ao suporte à tomada de decisões.

Na análise referente ao recebimento das demonstrações contábeis, verificou-se que há uma deficiência quanto ao repasse das mesmas para os gestores das MPE's, onde 44% deles afirmaram ter acesso à demonstração do resultado, 42% ao balanço patrimonial, 38% ao balancete de verificação e 28% às notas explicativas.

Com relação ao recebimento de informações contábeis sob a forma de relatórios, verificou-se que o maior percentual apresentado foi para o planejamento tributário (52%) e o menor foi em relação às informações gerenciais (4%). Diante destes percentuais, fica evidente a falta de incentivos à utilização de relatórios gerenciais, onde se pôde identificar um baixo percentual (36%) dos gestores que afirmaram ser incentivados pelo seu contabilista. Ressalta-se que a transmissão do potencial desses relatórios é fundamental, visto que geralmente esses gestores não têm o conhecimento pleno da sua importância. Tal resultado pode ser decorrente da não valorização e da baixa remuneração do profissional contábil, o que pode torná-lo desestimulado a incentivar seus clientes.

Diante dos resultados apresentados acima, foi possível identificar que os profissionais contábeis não estão suprimindo as necessidades informacionais dos gestores das empresas pesquisadas, onde percebeu-se por parte destes uma visão distorcida da contabilidade, de modo que a mesma está sendo utilizada apenas como uma ferramenta para atender às exigências legais. Como consequência disso, esses gestores deixam de usufruir do alto poder

gerencial que os demonstrativos e seus relatórios podem proporcionar na plena administração e continuidade das atividades dos empreendimentos.

Já em relação à análise dos profissionais contábeis, constatou-se que a maioria dos contabilistas afirmou tanto desenvolver relatórios gerenciais, quanto incentivar seus clientes ao uso desses relatórios no apoio à tomada de decisão, diferentemente do que foi afirmado pelos gestores.

Este estudo ainda evidenciou, em relação aos serviços prestados pelos profissionais contábeis aos seus clientes, que 100% dos contabilistas prestam serviços fiscais, de declaração de IR e abertura/encerramento de empresas. Pode-se observar novamente um enfoque na área fiscal, enquanto que os serviços de contabilidade gerencial são realizados por apenas 27,3% dos contabilistas.

Dessa forma, com base nesses resultados, esta pesquisa demonstrou que os gestores da MPE's têm uma baixa percepção quanto à utilização da informação contábil no processo decisório. Já em relação aos profissionais contábeis, foi possível identificar que estes apresentaram uma percepção considerável, ou seja, eles têm a consciência dessa utilidade.

Porém, foi constatado um relacionamento com pouca proximidade entre ambas as partes, principalmente em relação às divergências de afirmações e ao fornecimento mútuo de informações. Pois, por um lado, os profissionais contábeis não apresentam aos seus clientes a real importância da Contabilidade como instrumento de gestão aos seus negócios, em decorrência da baixa remuneração da prestação de serviços. E, por outro lado, os gestores não fornecem dados em tempo hábil, comprometendo a elaboração de demonstrativos e relatórios por parte dos contabilistas, além disso, esses empreendedores também não detêm um conhecimento suficiente da relevância das informações contábeis, priorizando assim, o uso das mesmas apenas em atendimento às exigências legais.

Cabe, então, ao profissional contábil, aumentar a aproximação com seus clientes, conscientizando-os e demonstrando o grande potencial da Contabilidade no processo decisório das empresas, e assim contribuindo para a adequada valorização dos serviços prestados pelos profissionais contábeis.

Por fim, vale destacar, os estudos realizados anteriormente (Strocher e Freitas, 2008; Silva, 2010; Vilela et.al., 2012; Ribeiro, Freire e Barella, 2013 e Moreira et.al., 2013) que corroboram com a presente pesquisa. Pois, de maneira geral os resultados obtidos foram os mesmos, já que em ambos os trabalhos os gestores das empresas não têm a percepção da informação contábil no processo decisório, utilizando-as apenas em atendimento as

obrigações fiscais e por parte dos profissionais contábeis foi possível identificar que os mesmos têm uma maior atenção voltada também para fins fiscais.

Sugestões

Sugere-se para a produção de pesquisas futuras, que busquem investigar:

- Outros fatores que estão associados ao não fornecimento das informações contábeis pelos contabilistas;
- Outras causas que restringem a utilização da contabilidade gerencial pelas MPE's;
- Expandir o estudo em amostra maior, envolvendo as MPE's de outras cidades da região do cariri paraibano.

Limitações

Dentre as limitações do estudo, destacam-se:

- O tempo disponível dos gestores e profissionais contábeis para responderem os formulários;
- A desconfiança de alguns respondentes, por acreditarem que estavam sendo fiscalizados de alguma maneira;
- A burocracia em relação aos órgãos oficiais, em busca de uma listagem completa e atualizada das MPE's da região em análise, embora sabendo que muitas empresas encerram suas atividades e não efetuam a baixa nos referidos órgãos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, Ilse Maria et. al. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Porte de empresa*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 20/06/2013.

BRASIL. *Código Civil*. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. *Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp123.htm>>. Acesso em: 09/07/2013.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução nº 1.255/09*. Contabilidade para pequenas e médias empresas. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes/conteudo/sup_3.pdf>. Acesso em: 08/11/2013.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. *Resolução nº 1.418/12*. Modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte. Disponível em: <http://www.crcce.org.br/crcnovo/files/Res_CFC1418-12_ITG1000.pdf>. Acesso em: 02/04/2014.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. *História dos Congressos Brasileiros de Contabilidade*. Brasília: CFC, 2008. 117 f. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/hist_congressos_p.pdf>. Acesso em: 07/03/2014.

_____. Conselho Federal de Contabilidade. *Perfil do contabilista brasileiro 2009*. Brasília: CFC, 2010. 116 f. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/perfil_web.pdf> Acesso em: 06/06/2014.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Estrutura conceitual para elaboração e Divulgação de relatório contábil-financeiro*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cpc00_r1.pdf>. Acesso em: 09/03/2014.

_____. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamentos técnicos contábeis 2008*. Brasília: CFC, 2009. 881 p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/livro_CPC2.pdf>. Acesso em: 09/03/2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil*. Coordenação de Serviços e Comércio. – Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/microempresa/microempresa2001.pdf>>. Acesso em: 03/06/2013.

_____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Disponível em:<
http://www.ibge.gov.br/munic2012/ver_tema.php?tema=t12&munic=250970&uf=25&nome=monteiro>. Acesso em: 08/11/2013.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. *Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de toritama no agreste pernambucano*. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis) - Programa Multi - Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, 2014. Disponível em: <
[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/022615fa0ee25800832574cf004875be/dfa34c074bd903dc03256fd4007a8532/\\$FILE/NT000A60F2.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/022615fa0ee25800832574cf004875be/dfa34c074bd903dc03256fd4007a8532/$FILE/NT000A60F2.pdf)>. Acesso em: 07/06/2013.

MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED EDITORA S.A., 2004. Disponível em: <
<http://books.google.com.br/books?id=FtdIFOGTP8UC&pg=PA266&dq=escala+de+likert&hl=ptBR&sa=X&ei=7wjBUduLKc2F0QHGz4G4Cw&ved=0CDEQ6AEwAA#v=onepage&q=escala%20de%20likert&f=false>>. Acesso em: 26/06/2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. *Contabilidade empresarial*. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MIGLIOLI, Afrânio Maia. *Tomada de decisão na pequena empresa: estudo multicaso sobre a utilização de ferramentas de apoio á decisão*. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <
www.teses.usp.br/.../miglioli_a_m_dissertacao_de_mestrado.pdf>. Acesso em: 06/01/2014.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et. al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Florianópolis, v.10, n.19, p. 119-140, jan./abr. 2013. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119/24553>> Acesso em: 24/05/2014.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. *Sistemas de informação contábil*. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análises*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=rwyufjs_DhAC&oi=fnd&pg=PA111&dq=defini%C3%A7%C3%A3o+de+metodologia+cient%C3%ADfica&ots=9qFgldArrG&sig=13_AQMHiXdnJLTvRXtulqISmY5Q#v=onepage&q=defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20metodologia%20cient%C3%ADfica&f=false>. Acesso em: 15/06/2013.

RECEITA FEDERAL. *Portal do Simples Nacional*. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx>>. Acesso em 30/01/2014.

RIBEIRO, Andressa; FREIRE, Eduardo José; BARELLA, Lauriano Antonio. A informação contábil como instrumento de apoio às micro e pequenas empresas: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas de Paranaíta – MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. *Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta*. Alta Floresta, v.3, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/91/html>>. Acesso em: 24/05/2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. *Critérios e conceitos para classificação de empresas*. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial>>. Acesso em: 28/06/2013.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. *Pequenos Negócios no Brasil*. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/.../apresentacao_mpe_indicadores.pdf>. Acesso em: 26/02/2014.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. *10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas*. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/livro_10_anos_mortalidade.pdf%20%20>. Acesso em: 03/09/2013.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa e Confederação Nacional dos Municípios. *Manual de Desenvolvimento dos Municípios*. 130 p. 2 ed. Brasília: CNM/SEBRAE, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/manual-de-desenvolvimento-dos-municipios-2a-edicao/>>. Acesso em: 07/01/2014.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. *Portal da Lei Geral*. Disponível em:

<<http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=FF8081812658D379012665B59AB31CE5>>. Acesso em: 10/03/2014.

SILVA, Manuel Soares da. *Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da grande João Pessoa*. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multi - Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. João Pessoa, 2010.

SILVA, Ana Claudia Lima. *A importância da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas*. 2009. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis, Faculdades Sudamérica, Cataguases, 2009. Disponível em: <http://www.sudamerica.edu.br/arquivos_internos/publicacoes/Ana_Claudia.pdf>. Acesso em: 08/11/2013.

STROEHER, Angela Maria; FREITAS, Henrique. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. *Revista de Administração – eletrônica USP*, São Paulo, v.1, n.1, art. 7, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/Revista_eletronica/v1n1/artigos/v1n1a7.pdf>. Acesso em: 24/05/2014.

VILAR, Ilka Pinto. *A importância e a relevância da informação contábil nas micro e pequenas empresas da região do cariri paraibano ocidental*. 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. 2008. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080718093058.pdf>>. Acesso em: 25 /05/2013

VILELA, Vanessa et. al.. *Um estudo sobre a percepção dos empresários das micro e pequenas empresas e dos profissionais de contabilidade a cerca da informação contábil gerada*. V Congresso UFV de Administração e Contabilidade e II Mostra Científica. Viçosa, p. 1-11. Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.dad.ufv.br/congressodad/anais/201256.pdf>>. Acesso em: 24/05/2014.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meireles. *Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais*. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO ÀS EMPRESAS



FORMULÁRIO DE PESQUISA - EMPRESA

TEMA DA PESQUISA: INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e gestores das micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro - PB

Venho através deste solicitar a vossa colaboração, respondendo o formulário abaixo, que tem por objetivo, identificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e profissionais contábeis localizados no município de Monteiro – PB acerca da utilização da informação contábil no processo decisório.

Ressaltamos que a identificação dos empreendimentos será mantida em sigilo.

Graduanda: Karoliny Lino de Lima

Fone: (83) 9991-7300 **E-mail:** karolinylino92@gmail.com

Data da Aplicação: ____/____/____

I – DADOS REFERENTES AO RESPONDENTE

1) Qual é a sua função na empresa?

- () Proprietário;
 () Gerente – proprietário;
 () Gerente do quadro de funcionários;
 () Outros. _____

2) Qual sua faixa etária?

- () Até 25 anos; () Entre 36 e 40 anos;
 () Entre 26 e 30 anos; () Acima de 40 anos.
 () Entre 31 e 35 anos;

3) Qual seu sexo?

- () Masculino () Feminino

4) Escolaridade:

- () Ensino Fundamental Completo; () Ensino Superior Incompleto;
 () Ensino Fundamental Incompleto; () Especialização;
 () Ensino Médio Completo; () Mestrado;
 () Ensino Médio Incompleto; () Doutorado.
 () Ensino Superior Completo;

II – DADOS REFERENTES À EMPRESA

5) Qual o porte da empresa?

Micro Empresa Empresa de Pequeno Porte

6) A qual ramo pertence à empresa?

Comércio; Serviços; Indústria; Comércio e Serviços.

7) Qual o tempo de existência da empresa?

menos de 1 ano; de 1 a 5 anos; de 6 a 10 anos; mais de 10 anos.

III – DADOS REFERENTES AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EMPRESA

8) A sua empresa (internamente) se utiliza:

(assinalar quantas achar necessárias)

- De equipamentos de processamento de dados (computador);
- De algum sistema operacional: tais como registro de compras, de vendas, contas a pagar, contas a receber, de controle de estoques (mesmo que por meio de planilhas de Excel);
- De algum sistema de informação gerencial do tipo: um sistema que interligue todas as atividades de sua empresa, tais como: controle financeiro, controle de compras, vendas, contas a pagar, a receber, custos, despesas, estoques, clientes, fornecedores etc.;
- De noticiários ligados ao negócio de sua empresa;
- De palestras, reuniões, encontros, simpósios (e outros) a respeito do seu negócio.

9) Dentro da empresa existe, ainda que de forma manuscrita, outros tipos de sistema como:

(assinalar quantas achar necessárias)

- Controle de fluxo de caixa;
- Controle de contas a pagar aos fornecedores;
- Controle de contas a receber dos clientes;
- Controle e acompanhamento dos estoques;
- Controle e acompanhamento de custos;
- Controle de saldos bancários;
- Controle de dívidas com impostos/água/luz/telefone/etc.;
- Controle da necessidade ou sobra de dinheiro em período futuro;
- Estabelecimento de uma meta de vendas, controle e acompanhamentos das mesmas.

10) Qual dos itens abaixo o(a) Senhor(a) tem controle e conhecimento exatamente como ocorre na sua empresa?

(assinalar quantas achar necessárias)

- Quanto vende no mês;
- Quanto foram os custos e despesas no mês;
- Quanto foi o lucro/prejuízo no mês;
- Não tenho nenhum destes acompanhamentos mensal.

IV – DADOS REFERENTES AO PROCESSO DECISÓRIO

11) Qual a principal utilidade das informações contábeis?
(*assinalar apenas uma alternativa*)

- () Ferramenta necessária para atender às exigências fiscais;
 () Ferramenta necessária para atender às exigências trabalhistas;
 () Ferramenta necessária para auxiliar na tomada de decisões;
 () Outra – Qual? _____

12) O prestador de serviços contábeis incentiva a utilização dos relatórios gerenciais na tomada de decisões?

- () Sim; () Às vezes;
 () Não; () Nunca.

13) Quando surgem dificuldades para entender os relatórios gerenciais, o (a) Senhor (a) recebe algum tipo de assessoria?

- () Sim; () Às vezes;
 () Não; () Nunca.

14) Quais demonstrativos contábeis o(a) Senhor(a) costuma receber do responsável pela contabilidade da sua empresa? Em caso afirmativo, por gentileza marque com que frequência costuma recebê-lo.

DEMONSTRATIVOS	RECEBE	PERIODICIDADE				
		SEMANAL	MENSAL	TRIMES-TRAL	SEMES-TRAL	ANUAL
Balancete de Verificação	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Balanço Patrimonial	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Resultado	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração de Lucros e Prejuízos acumulados	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Fluxo de Caixa	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Valor Adicionado	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Notas Explicativas	Sim () Não ()	01	02	03	04	05

15) Quais informações descritas abaixo o (a) Senhor (a) costuma receber do responsável pela contabilidade da empresa em algum tipo de relatório contábil especial?
(*assinalar quantas achar necessárias*)

- () Informações sobre a situação financeira;

- () Informações sobre a situação econômica;
- () Informações sobre endividamentos;
- () Informações sobre eficiências operacionais;
- () Informações de contabilidade gerencial;
- () Informações de planejamento tributário.

16) Admitindo que no processo de gestão do dia-a-dia, o(a) Senhor(a) está sempre tomando as decisões abaixo, marque aquela(s) em que costuma consultar o responsável pela contabilidade da sua empresa antes de tomar a decisão.

(assinalar quantas achar necessárias)

- () Levantar empréstimos bancários (recursos) para capital de giro (pagar contas, comprar mercadorias);
- () Aquisição de ativo imobilizado como comprar máquinas/móveis/veículos/computadores;
- () Planejar recursos financeiros, para pagar obrigações futuras ou obrigações atuais e adiar outra(s) quando os recursos não são suficientes;
- () Fazer compras em montante diferente do habitual para proteger os estoques;
- () Realizar alguma promoção de vendas por razões diversas.

17) Quais informações sustentam o processo decisório?

(assinalar quantas achar necessárias)

- () Análise do cenário econômico atual e futuro através de implantação de metas de curto, médio e longo prazo;
- () Orçamentos;
- () Fluxo de caixa projetado;
- () Avaliação tempestiva e contínua dos recursos disponíveis (liquidez);
- () Planejamento estratégico;
- () Outras – Quais? _____
- () Nenhuma.

APÊNDICE B – FORMULÁRIO APLICADO AOS ESCRITÓRIOS



FORMULÁRIO DE PESQUISA – PROFISSIONAL CONTÁBIL

TEMA DA PESQUISA: INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: Um estudo sobre a percepção dos profissionais contábeis e gestores das micro e pequenas empresas da cidade de Monteiro - PB

Venho através deste solicitar a vossa colaboração, respondendo o formulário abaixo, que tem por objetivo, identificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas e profissionais contábeis localizados no município de Monteiro – PB acerca da utilização da informação contábil no processo decisório.

Ressaltamos que a identificação dos respondentes será mantida em sigilo.

Graduanda: Karoliny Lino de Lima

Fone: (83) 9991-7300 **E-mail:** karolinylino92@gmail.com

Data da Aplicação: ____/____/____

I – DADOS REFERENTES AO RESPONDENTE

1) Qual a sua faixa de idade?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Até 25 anos; | <input type="checkbox"/> Entre 36 e 40 anos; |
| <input type="checkbox"/> Entre 26 e 30 anos; | <input type="checkbox"/> Acima de 40 anos. |
| <input type="checkbox"/> Entre 31 e 35 anos; | |

2) Qual seu sexo?

- | | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Masculino | <input type="checkbox"/> Feminino |
|------------------------------------|-----------------------------------|

3) Qual sua formação profissional?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Técnico; | <input type="checkbox"/> Especialização; |
| <input type="checkbox"/> Superior incompleto; | <input type="checkbox"/> Mestrado; |
| <input type="checkbox"/> Superior completo; | <input type="checkbox"/> Doutorado. |

4) Qual seu tempo de atuação no mercado?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de 2 anos; | <input type="checkbox"/> De 11 a 20 anos; |
| <input type="checkbox"/> De 2 a 5 anos; | <input type="checkbox"/> Mais de 20 anos. |
| <input type="checkbox"/> De 6 a 10 anos; | |

5) Em relação à Educação Continuada, qual a frequência que o (a) Senhor (a) participa de eventos como palestras, cursos, congressos e convenções?

- () Mensalmente; () Anualmente;
 () Trimestralmente; () Não frequento.
 () Semestralmente;

II – DADOS REFERENTES AO ESCRITÓRIO

6) Quantas pessoas (contando com você) trabalham no escritório?

- () Até 2 pessoas; () De 6 a 10 pessoas;
 () De 3 a 5 pessoas; () Mais de 10 pessoas.

7) Quais serviços são oferecidos aos clientes?

- () Consultoria; () Declaração de IR;
 () Contábil; () Abert. e/ou Enc. de Empresas;
 () Fiscal; () Contabilidade Gerencial;
 () Trabalhista; () Contabilidade de Custos;
 () Outros – Quais? _____

8) Quais demonstrativos contábeis o (a) Senhor (a) geralmente fornece aos seus clientes? Em caso afirmativo, por gentileza marque com que frequência costuma fornecê-lo.

DEMONSTRATIVOS	FORNECE	PERIODICIDADE				
		SEMANAL	MENSAL	TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
Balancete de Verificação	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Balanço Patrimonial	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Resultado	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração de Lucros e Prejuízos acumulados	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Fluxo de Caixa	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Demonstração do Valor Adicionado	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Notas Explicativas	Sim () Não ()	01	02	03	04	05

9) O (a) Senhor (a) desenvolve relatórios gerenciais para o processo de tomada de decisões de seus clientes?

- () Sim. Quais? _____
 () Não. Por qual motivo? _____

10) Caso a resposta anterior seja positiva, o (a) Senhor (a) presta assessoria para esclarecer eventuais dúvidas no entendimento dos relatórios gerenciais?

- () Sim; () Às vezes;
() Não; () Nunca.

11) O (a) Senhor (a) incentiva seus clientes a utilizarem os relatórios gerenciais como apoio à tomada de decisão?

- () Sim; () Às vezes;
() Não; () Nunca.

12) Com qual frequência entram em contato com os clientes?

- () Uma vez ao mês;
() Duas vezes ao mês;
() Mais de duas vezes ao mês;
() Outra – Qual? _____

13) Os clientes encaminham todos comprovantes de gastos em tempo hábil?

- () Sim; () Às vezes;
() Não; () Nunca.

14) Indique as principais dificuldades encontradas para o exercício da atividade contábil. Em caso afirmativo, indique também qual a sua importância (numa escala de 1 a 5).

Use a seguinte escala: 01 – Não é importante; 02 – Pouco Importante;
03 – Indiferente; 04 – Importante; 05 – Muito importante.

DIFICULDADES		GRAU DE IMPORTÂNCIA				
		01	02	03	04	05
Baixa remuneração (salário ou honorários);	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Concorrência desleal;	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
As alterações constantes na legislação;	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
A falta de reconhecimento por parte da sociedade;	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
A manutenção da postura ética frente às pressões de clientes ou empregadores;	Sim () Não ()	01	02	03	04	05
Outras – Quais? _____	Sim () Não ()	01	02	03	04	05